



INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**Concurso de Admissão
à Carreira de Diplomata**

Guia de Estudos
2013

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Antônio de Aguiar Patriota

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Eduardo dos Santos

Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

APRESENTAÇÃO

O Guia de Estudos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2013 visa orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática por meio do registro das questões abordadas no exame de 2012 acompanhadas de respostas que mereceram avaliação positiva por parte das respectivas Bancas Examinadoras, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em 10 de julho de 2013.

Orientação para estudo

(Inclui programas para as provas do Concurso e exemplos de provas do Concurso anterior)

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que constituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital.

No Concurso de 2012 a prova objetiva será constituída de 65 questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.



PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 120 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

Programa (Primeira e Segunda Fases):

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.
 - 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade.
 - 1.2 Morfossintaxe.
 - 1.3 Semântica.
 - 1.4 Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos.
 - 2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa.
 - 2.2 Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.
 - 2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical.
 - 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição.
 - 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um).

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha - com fluência e adequação - informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada e será penalizada.



As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do adequado uso da língua portuguesa.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português.

Prova de 2012

PARTE I - REDAÇÃO

Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia ou do genocídio em Ruanda, forjaram o conceito de "responsabilidade de proteger".

Embora a responsabilidade coletiva não precise se expressar por meio de ações coercitivas para ser eficaz, surgiram vozes particularmente intervencionistas e militaristas no chamado "Ocidente" que continuam gerando controvérsia e polêmica.

A Carta da ONU, como se sabe, prevê a possibilidade do recurso à ação coercitiva, com base em procedimentos que incluem o poder de veto dos atuais cinco membros permanentes no Conselho de Segurança — órgão dotado de competência primordial e intransferível pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

O acolhimento da responsabilidade de proteger na normativa das Nações Unidas teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.

Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional, além de contar com o correspondente mandato multilateral, observe outro preceito: o da responsabilidade ao proteger. O uso da força só pode ser contemplado como último recurso.

Antônio de Aguiar Patriota, Ministro das
Relações Exteriores

A partir da leitura do excerto acima, redija um texto dissertativo que verse sobre o tema abordado.

**Extensão do texto: 600 a 650 palavras
(Valor: 60 pontos)**



ALEXANDRE VIEIRA MANHAES FERREIRA (53/60)

A promoção da paz no mundo tem sido temática de fundamental importância para as relações internacionais. Depois da destruição que foi provocada durante a Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de assegurar a paz mundial; contudo, sua ação foi restringida pelo contexto bipolar. Com o fim da Guerra Fria e o surgimento de conflitos étnicos intraestatais, renovou-se a expectativa de que a ONU pudesse agir de maneira decisiva, para combater as ameaças à segurança internacional. Isso levou à formulação do conceito de “responsabilidade de proteger”, o qual demonstrou limitações relativas a seu uso abusivo. Em resposta a esse desafio, os meios diplomáticos e a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento aparecem como forma de alcançar a paz duradoura e inclusiva, o que é defendido, incisivamente, pelo Brasil. Os Estados, após os acontecimentos da Segunda Grande Guerra, almejaram constituir uma ordem internacional que restringisse o recurso à violência e que garantisse a estabilidade. O surgimento do sistema ONU conferiu grande responsabilidade às potências vencedoras daquele conflito na consecução desses objetivos. O advento do embate político e ideológico entre os blocos capitalista e socialista frustrou as expectativas iniciais em relação à ONU, limitando sua participação. Evidência disso foi a paralisação do Conselho de Segurança. Os países, diante desse contexto adverso, adotaram uma posição excessivamente soberanista, o que dificultou a elaboração de soluções multilaterais para os desafios à paz mundial. Como consequência dessa situação, as poucas resoluções adotadas tiveram pouco ou nenhum êxito.

A década de 1990 assistiu ao fim da bipolaridade e ao otimismo a respeito da ONU, a qual passou a buscar participação decisiva na política internacional. O fim da Guerra Fria proporcionou, também, a eclosão de conflitos civis, nos quais o Estado promove violência étnica contra seus cidadãos. Esse novo contexto foi analisado por Mary Kaldor em Novas Guerras, o que propiciou o advento do conceito da responsabilidade de proteger, para justificar a intervenção nas crises que houvesse ameaça à segurança internacional. Essa nova concepção choca-se com o princípio de não intervenção, presente na Carta da ONU, e pode, portanto, comprometer os fundamentos da organização. A ONU, diante dessa problemática, agiria de modo mais coerente, ao concentrar esforços no esgotamento dos meios diplomáticos e ao combater as origens dos conflitos.

O Brasil pauta-se, historicamente, na defesa da não intervenção. Verifica-se, nessa lógica, a preocupação da diplomacia nacional com a extrapolação da responsabilidade de proteger e com as potenciais implicações negativas que esse conceito causaria para a paz. O país, por conta desses receios, absteve-se de apoiar a Resolução 1973 do Conselho de Segurança, adotada em 2011, que permitiu a intervenção multilateral na Líbia. As denúncias de que o âmbito da missão não teria sido respeitado ocasionaram desconfiças na comunidade internacional acerca dos excessos relacionados ao uso da responsabilidade de proteger. Ao proferir o primeiro discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU realizado por uma mulher, a presidente Dilma Rousseff defendeu a “responsabilidade ao proteger”, perspectiva que aponta para o uso prioritário dos meios pacíficos na redução de conflitos e para a interdependência entre segurança, direitos humanos e desenvolvimento.

A promoção da paz internacional tem conquistado grande relevância desde o fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente. A ONU surgiu como principal símbolo desse ideal, porém sua ação foi prejudicada pelo advento da bipolaridade no sistema internacional. O período posterior ao fim da Guerra Fria tem sido marcado por instabilidades que precisam de respostas da sociedade internacional. A concepção de responsabilidade de proteger acabou levando ao intervencionismo da ONU, o qual tem se mostrado incapaz de garantir a segurança internacional. A alternativa a essa situação é a ênfase nos mecanismos diplomáticos e no combate às causas das guerras. Essa solução é apoiada pelo Brasil e deve ser seguida para que a paz duradoura tenha maior chance de ser efetivada na contemporaneidade.



PARTE II - EXERCÍCIO 1

No meio da taba de
amenos verdores,
Cercados de troncos —
cobertos de flores,
Alteiam-se os tetos
d'altiva nação; São
muitos seus filhos, nos
ânimos fortes, Temíveis
na guerra, que em densas
coortes Assombram das
matas a imensa extensão.

São rudos, severos,
sedentos de glória, Já
prélios incitam, já cantam
vitória, Já meigos
atendem à voz do cantor:
São todos Timbiras,
guerreiros valentes! Seu
nome lá voa na boca das
gentes, Condão de
prodígios, de glória e
terror!

Gonçalves Dias. *I-juca-pirama*. *In: Poesia e prosa completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1998.

Tupy, or not tupy that is the question.
Preguiçosos no mapa-múndi do Brasil.
Queremos a revolução Caraíba.
O instinto Caraíba.
Catiti Catiti
Imara Notiá
Notiá Imara
Ipeju
Contra o índio de tocheiro. O índio filho de Maria, afilhado
de Catarina de Médicis
e genro de D. Antônio de Mariz.

Em Piratininga
Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha

Oswald de Andrade. *Manifesto antropófago*. *In: Revista de Antropofagia*, São Paulo, n.º 1, 1928 (fragmentos).

Leia os textos acima e determine o lugar que ocupam, do ponto de vista cultural e literário, na história da nacionalidade brasileira.

**Extensão do texto: de 120 a 150 palavras
(Valor: 20 pontos)**



ANDRE LUIS BRIDI (17.51/20)

Na primeira metade do século XIX, autores do romantismo brasileiro, como Gonçalves Dias, buscavam definir a identidade nacional por meio de idealizações acerca da pátria, da terra e do indígena brasileiros. Em “I-Juca Pirama”, de Gonçalves Dias, tem-se exemplo dessa tentativa de idealizar o indígena, em consonância com valores europeus de pureza e nobreza de espírito. Os românticos brasileiros buscavam, nos indígenas pré-colombianos, o mesmo que os europeus buscavam nos cavaleiros medievais: pioneiros da nação que fossem nobres e corajosos.

No início do século XX, os autores do Modernismo opuseram-se a essa tentativa de idealização dos povos pré-colombianos. O “Manifesto antropófago”, redigido por Oswald de Andrade, denunciava as perspectivas românticas acerca dos indígenas, as quais os aproximavam dos europeus. A identidade nacional não se definiria por meio desse indígena idealizado, mas por meio do hibridismo entre as culturas de indígenas, negros e europeus.

PARTE II - EXERCÍCIO 2

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos.

Euclides da Cunha. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1902

Tendo como base o segmento de texto acima, discuta a síntese nele esboçada.

Extensão do texto: de 120 a 150 palavras
Valor: 20 pontos

LAURA BERNADINE SANTOS DELAMONICA (17.51/20)

Em Os Sertões, Euclides da Cunha, autor pré-moderno, descreveu a Revolta de Canudos, com base em três vertentes de análise: a terra, o homem e a luta. Essa revolta messiânica contribuiu para que fossem evidenciadas a instabilidade política e militar do governo de Prudente de Moraes e a desigualdade social existente entre as regiões brasileiras.

Euclides da Cunha, ao afirmar que existem “rudes patrícios mais estrangeiros nessa terra do que os imigrantes da Europa”, criticou o descaso da elite republicana do Rio de Janeiro frente às mazelas socioeconômicas vivenciadas pela população nordestina. Pode-se constatar que a elite brasileira desconhecia as particularidades regionais do Brasil. É inegável que a Revolta de Canudos conferiu destaque à região e foi motivo de preocupação das elites cariocas, mas, após o massacre do movimento, a seca e a pobreza continuaram a caracterizar a região, conforme retratado por Graciliano Ramos, em Vidas Secas.



HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases): 1 O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão. 2 O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil. 3 O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado. 4 A Regência (1831-1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa. 5 O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas consequências. 6 A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo. 7 A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura. 8 A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a “Operação Panamericana”; a “política externa independente”; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 9 O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o “pragmatismo responsável”; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 10 O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.



Prova de 2012

QUESTÃO 1

O Brasil se aproxima das comemorações dos seus 200 anos de conformação estatal juridicamente independente. A política externa que emergiu em 1822 carregou heranças dos séculos anteriores e agregou novos desígnios. A propósito desse tema, disserte sobre os seguintes itens:

- a) raízes coloniais de política externa do Brasil e seus impactos na política externa de Pedro I;
- b) articulações internas e externas da independência do Brasil;
- c) resultantes dos reconhecimentos internacionais do Brasil na década de 1820.

Extensão máxima: 90 linhas

(Valor: 30 pontos)

MARIANA YOKOYA SIMONI (24/30)

A independência brasileira representa caso “sui generis” em meio às independências da América Latina, em razão da continuidade político-institucional e da integridade territorial mantidas no Brasil Império. Tal continuidade deve-se à herança de desígnios políticos engendrados no período colonial, ao passo que a integridade do território brasileiro se associa à formação de uma perspectiva coesa das elites interiorizadas, como enfatizou José Murilo de Carvalho, e da necessidade de defesa diante das pressões britânicas para abolição do tráfico de escravos ao longo da primeira metade do século XIX. As articulações internas e externas na independência do país tanto permitiram a consolidação da autonomia política brasileira como influenciaram a inserção internacional do Brasil independente. Nesse contexto, a principal meta da política externa constituía no reconhecimento internacional da independência, o que legou constrangimentos externos significativos até o Segundo Reinado (1840-1889), mas que permitiu, igualmente, o desenvolvimento das convicções externas da jovem nação.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar as heranças coloniais legadas à política externa de D. Pedro I. Em função da continuidade político-administrativa, o Brasil tinha quadros políticos e diplomáticos, assim como experiência em matéria da condução da política exterior, o que lhe conferirá grande vantagem frente a seus vizinhos até pelo menos a Guerra do Paraguai (1864-1870). Além da estrutura administrativa colonial, o Brasil também herdou o projeto econômico concebido no período colonial. A Transmigração da Corte portuguesa, a Abertura dos Portos às nações amigas, ambos ocorridos em 1808, e a Revogação do Alvará de 1795, do Período Mariano, representaram tentativas de construção de um projeto político e econômico extra-europeu e independente em relação à Grã-Bretanha, nos moldes do que fora preconizado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o “Império Luso-Brasileiro”. Entretanto, esse projeto autonomista foi paulatinamente abandonado, o que se evidencia pela assinatura dos chamados “tratados desiguais” de 1810 com a Grã-Bretanha. Ao garantir tarifas alfandegárias de 15% “ad valorem”, inferiores à de 16% para produtos portugueses, e a extraterritorialidade, D. João estava abrindo mão



do projeto autonomista e ratificando a relação bastante próxima com a Inglaterra, a qual caracterizou a política colonial e parte da política imperial. Isso se explica pelo fato de a independência ter representado uma continuidade econômica em favor dos interesses da elite agroexportadora interiorizada no Rio de Janeiro.

A política externa de D. Pedro I também reinterpreta as diretrizes coloniais referentes à presença brasileira no estuário do Rio da Prata. A rivalidade no Novo Mundo, em particular aquela canalizada no Prata, refletem antigas dissensões entre Portugal e Espanha. Logo após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, D. João ordenou incursões na Banda Oriental e em Caiena (colônia francesa), com o objetivo de revidar a invasão sofrida pelo território português. No período colonial, já estão estruturados os condicionantes das relações assimétricas com as potências europeias e das relações simétricas com as colônias da América espanhola. Igualmente, permanecem as questões relativas à livre navegação dos rios, ao contrabando e ao comércio entre interior e litoral, as questões alfandegárias (principalmente do charque) e de fronteiras. As disputas por hegemonia na região, inclusive envolvendo pressões militares, ficam evidentes com a criação do Vice-Reino do Brasil em 1774, com a habilidosa política do Marquês de Pombal, e do Vice-Reino do Prata em 1776. No período independente, esse conflito culminará na Guerra da Cisplatina (1825-1828), em que essa província – brasileira desde 1821 – buscará ser anexada pela Argentina, que aceitará tal demanda. Essa situação dá início a um conflito que se encerra com a mediação inglesa e com a criação do Estado do Uruguai, em cuja política interna continuará a disputa entre a predominância da influência brasileira ou argentina.

No que concerne às articulações internas e externas à época da independência, destaca-se que a independência do Brasil ocorreu no quadro mais abrangente de crise do sistema colonial e do Antigo Regime. Esteve associada ao espraiamento de ideias liberais e iluministas europeias, que influenciaram movimentos emancipacionistas no Brasil, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798). Em particular, a onda revolucionária europeia de 1820 teve impactos significativos no Brasil, uma vez que a Revolução do Porto (1820) exigiu a volta da Família Real, a constitucionalização de Portugal e a recolonização do Brasil. O anti-liberalismo das Cortes portuguesas em relação ao Brasil foi o que desencadeou a transformação do projeto de autonomia com união das coroas para um projeto de independência, centrado na figura de D. Pedro e nas articulações de José Bonifácio. Ao Grito do Ipiranga, seguiram-se guerras de independência entre províncias que aderiram ao Império e aquelas que se mantinham fiéis às Cortes, principalmente localizadas no Norte e no Nordeste, em que havia concentração maior de tropas portuguesas. O auxílio de comandantes estrangeiros e das províncias aliadas foi articulação fundamental para a rápida vitória da independência em 1823. Outra articulação essencial refere-se às negociações para o reconhecimento internacional da independência brasileira.

O reconhecimento da independência do Brasil foi marco precípuo da política externa iniciada em 1822, pois os estadistas de então temiam uma recolonização do Brasil por Portugal, com apoio da Santa Aliança. O reconhecimento foi enfocado, igualmente, pois permitiria a continuidade política e econômica do projeto da elite do Rio de Janeiro de manter estreitas relações comerciais com a Inglaterra. As primeiras nações a reconhecerem o Brasil independente foram africanas, Onin e Benin, o que ilustra a importância das relações políticas, comerciais e culturais no Atlântico Sul à época. Com efeito, havia possibilidade de aproximação e até de união desses países com o Brasil. Formalmente, os EUA prontamente reconheceram o Brasil, ainda que com o regime monárquico, pois acreditavam que a jovem nação contribuiria para afastar o “Hemisfério da Paz” das Américas do “Hemisfério da Guerra” que o Velho Continente representava. Os países europeus, incluso o Reino Unido, aguardaram o reconhecimento por parte de Portugal, o qual foi negociado intensamente em Londres e no Rio de Janeiro. Após o malogro de duas rodadas de negociação, a Grã-Bretanha – interessada na renovação dos tratados de 1810 – pressionou o governo português e conseguiu o seu reconhecimento mediante certas condições. O Brasil teve a sua independência reconhecida por Portugal (este representado



pelo diplomata britânico Charles Stuart), com as ressalvas de que a independência foi concedida pela metrópole, mantendo-se a linhagem dos Bragança, de que não poderia haver união entre o Brasil e as colônias portuguesas na África e de que o Brasil pagaria um valor indenizatório. Os demais países europeus reconheceram o Brasil depois do ano de 1825. A Inglaterra o fez com a garantia de renovação dos tratados de 1810, com a inclusão de uma cláusula que previa a abolição do tráfico de escravos em 3 anos. Em suma, o Brasil logrou alcançar o reconhecimento de sua independência, mas com os custos da indenização, que deterioraram o prestígio interno do Imperador, e da relativa dependência econômica em função dos tratados de 1827 e de uma inserção internacional aquém de seu potencial.

A independência brasileira é caracterizada por importantes continuidades e rupturas em relação ao período colonial. Destacam-se as continuidades político-institucional e econômica, assim como a manutenção da relação privilegiada com a Inglaterra, mantida por D. Pedro I, e das disputas por hegemonia no rio da Prata. As dificuldades econômicas engendradas pela baixa arrecadação e pelos gastos com as guerras de independência conduzirão a um período de instabilidades, culminando na Abdicação em 1831 e na dificuldade de o Brasil se impor no Prata entre 1831 e 1840. Dessa maneira, observa-se que as heranças coloniais e o legado da política externa à época da independência foram fundamentais para definir a inserção internacional do Brasil – seus condicionantes externos, suas diretrizes e estratégias de política exterior – no Período do Império (1822-1889).

QUESTÃO 2

Compare as posições do Brasil no Império e na República nascente, no que tange à Conferência de Washington (1889-1890).

Extensão máxima: 90 linhas

(Valor: 30 pontos)

FELIPE PINCHEMEL COTRIM DOS SANTOS (29/30)

Desde sua Independência, o Brasil tinha relegado pouca atenção à América Hispânica, com exceção da região do Prata. Única Monarquia entre Repúblicas, o Brasil era visto com desconfiança pelos outros Estados latino-americanos. Embora sua política externa fosse pautada pelo pragmatismo, objetivando principalmente definir os limites de seu território, o Brasil estava atento às movimentações internacionais de coligações regionais, ora participando, ora abstendo-se das reuniões pan-americanistas de caráter bolivariano. Exatamente para evitar a formação de uma liga regional contra o Brasil, o país atuava bilateralmente, de modo a alcançar boas relações com os Estados sul-americanos. A Proclamação da República aconteceu em um momento singular das relações continentais, quando o Império já aceitava participar das reuniões pan-americanas, mas agora de caráter monroísta, pois grande parte de seus contenciosos com os vizinhos já estava encaminhada. A mudança de regime também trouxe mudanças profundas na política exterior do país, pois os líderes políticos de então acreditavam que republicanizar as relações internacionais significava americanizar irrestritamente as decisões externas.



O último presidente do Conselho de Ministros do Império, Ouro Preto, fora chamado ao poder para inviabilizar a República. Por meio do reform-mongering, o Império acreditava que realizando as reformas solicitadas por diversos setores, como o fim do Senado vitalício, o voto universal, o fim da escravidão, poderia ser mantido o regime político. Contudo, no plano internacional, o Império não mudou suas diretrizes, e as ordens do representante brasileiro para a Conferência de Washington seguiam a racionalidade da política externa imperial que vinham desde a década de 1840. Essa política externa foi marcada pela continuidade e pela racionalidade, decidida pelas instituições do Conselho de Estado, Parlamento, Conselho de Ministros e pelo próprio Imperador. Após a vitória na Guerra do Paraguai e da distensão nas relações com a Argentina, depois que sua arbitragem com o Paraguai pelo Chaco Boreal foi decidida favoravelmente ao país mediterrâneo pelo presidente Hayes, o Brasil pôde voltar-se para suas relações internacionais com a Europa e com os Estados Unidos.

Na década de 1880, embora voltado para a resolução de seus problemas internos, o Brasil deu os primeiros sinais amistosos em direção a um pan-americanismo do estilo monroísta. Ainda que o Império não atuasse de forma automática, a aceitar uma influência norte-americana absoluta, percebeu a importância de a América estabelecer-se politicamente em torno do novo polo emergente das relações internacionais, para evitar iniciativas imperialistas das potências do Velho Continente. A primeira conferência pan-americana sob os auspícios dos EUA tinha sido cancelada por causa da Guerra do Pacífico (1879-1883), envolvendo o Chile contra o Peru e a Bolívia. A distância de quase dez anos para a segunda conferência, essa realizada em Washington de 1889 a 1890, não modificou profundamente os interesses nem as prevenções do Brasil relacionados a ela. Os EUA pretendiam estabelecer uma hegemonia no continente, por meio de projetos como a instalação de uma união aduaneira, de uma interligação ferroviária continental, ou ainda a instituição de arbitragem internacional obrigatória. O Brasil, assim como a Argentina e o Chile, opunha-se a tais desígnios, pois entendia que preservar sua autonomia política nas relações regionais (onde tinha maior margem de manobra) era primordial para sua política exterior de atuação subregional mais livre. De igual modo, preservar sua liberdade econômica, que seria engessada por uma união aduaneira dominada pelos EUA, era fundamental para manter e expandir suas relações com as potências europeias, tanto para mercados de exportação e importação quanto para a atração de importantes investimentos para desenvolvimento doméstico.

A ascensão de atores políticos que não tinham experiência prévia na política externa brasileira foi uma consequência direta da Proclamação da República. Como o exemplo da negociação direta das fronteiras entre Brasil e Argentina feita pelo próprio ministro Bocaiúva ilustra, a política exterior republicana pretendeu alterar completamente diretrizes antigas, arraigadas da política exterior imperial. Nesse diapasão, a substituição do representante imperial brasileiro à Conferência de Washington por Salvador de Mendonça foi acompanhada pela alteração das ordens e dos limites possíveis de negociação. Acreditando-se que o simples fato de tornar-se República teria alinhado os interesses do Brasil com os EUA, decidiu-se pela adoção de posições fortemente influenciadas por um americanismo ideológico. O Brasil, representado por Mendonça, passaria a aceitar as propostas hegemônicas do grande irmão do norte. Não fossem as prevenções e oposições de Chile e Argentina, a imposição do arbitramento obrigatório feito pelos EUA teria sido implementada no continente como resultado da Conferência. De igual modo, esses dois países resistiram ao projeto da união aduaneira, algo que não seria alcançado pelos EUA nem mesmo no séc. XXI.

A Proclamação da República teve muitos efeitos imediatos e outros tantos a médio e a longo prazo. Um desses efeitos de curto prazo foi a modificação nas diretrizes da política exterior. Ainda que a noção de que republicanizar a política exterior fosse americanizá-la, a ausência de quadros qualificados republicanos para atuarem nessa área levou ao retorno de antigas diretrizes no médio prazo. Os diplomatas formados no II Reinado, como o próprio



Barão do Rio Branco, tratariam de dar direções mais condizentes aos interesses pátrios, mas sabendo reconhecer a mudança do polo político internacional da Europa para os EUA, algo sistemático e não proveniente de mudanças políticas internas. O estabelecimento da Secretaria Pan-Americana, fruto da Conferência de Washington, demonstrou o começo da institucionalização da influência americana no continente e o Brasil soube adaptar-se às mudanças.

QUESTÃO 3

Disserte sobre a política brasileira para a África entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 20 pontos)

HUGO FREITAS PERES (18/20)

A política africana do Brasil, que, considera-se, teve início em 1961 com a PEI, passou desde então por um período de avanços e recuos, até entrar em uma fase de reafirmação a partir da Diplomacia do Interesse Nacional, no governo Médici, de acordo com José Flávio Sombra Saraiva. A partir de 1969, os interesses pragmáticos do Brasil, fundamentados em novas concepções de segurança, na defesa dos interesses econômicos, e na vinculação da ação externa ao desenvolvimento nacional, passaram a guiar as políticas para a África, propiciando uma inserção autônoma, fora da via portuguesa, no Continente Negro.

As bases da política brasileira para a África do final da década de 1960 foram lançadas ainda no governo Castello Branco. Embora não houvesse negligência em relação à África, a ênfase no desenvolvimento da PEI foi deslocada para a segurança. A inserção no continente africano passou a balizar-se pelas concepções de círculos concêntricos de Golbery do Couto e Silva, que o colocava em hierarquia de importância relativamente secundária, de fronteiras ideológicas e, portanto, de combate ao comunismo. Nesse sentido, reforçaram-se as relações com Portugal – tratado em matéria comercial e cultural de 1966, apoio às teses colonialistas na ONU e proposta de formação de comunidade luso-afr-brasileira – e com a África do Sul. A visita do mandatário senegalês Léopold Senghor ao Brasil, que havia sido convidado ainda no governo João Goulart, foi utilizada pelos geopolíticos brasileiros para criar pontes anticomunistas no Atlântico.

O governo Costa e Silva não rompeu com a orientação da política externa para a África de seu predecessor, mas o deslocamento da ênfase da segurança para o desenvolvimento, a busca de maior autonomia nas relações internacionais e o atendimento dos interesses econômicos e comerciais determinaram mudanças qualitativas relevantes. Não se abandonaram concepções de relações especiais com Portugal, nem os vínculos do Tratado de Amizade e Consulta de 1953, mas encetaram-se ensaios de inserção autônoma no continente africano. Três iniciativas corroboram essa perspectiva. Em primeiro lugar, foram ampliadas as representações diplomáticas no continente africano. Em segundo, o Brasil passou a realizar consultas junto à Comissão Econômica para a África das Nações Unidas, com o fito de buscar oportunidades comerciais. Finalmente, procedeu-se a uma reforma no Itamaraty que separou a Divisão de África da Subsecretaria de Europa Ocidental, criando-se a Subsecretaria de África e Oriente Médio – separando, desse modo, os assuntos africanos das relações com as potências coloniais. Além disso, mudanças na



concepção geopolítica para o Atlântico Sul ficaram evidentes com a recusa do pacto de segurança proposto por Portugal e África do Sul.

O governo Médici, sob a chancelaria de Mário Gibson Barboza, marca o retorno a uma política africana em bases autônomas e calcada no pragmatismo econômico e em moderna concepção geopolítica. Após divergências do Itamaraty com Delfin Netto, que defendia a inserção pela via portuguesa, o predomínio das visões da diplomacia se consolidou com a viagem de Gibson Barboza a nove países africanos, que não haviam passado por guerra de independência, em 1972. Em todos os países, firmaram-se acordos de cooperação técnica e cultural, e, diferentemente da estratégia de Costa e Silva, que privilegiava o multilateralismo, estabeleceram-se contatos diplomáticos diretos com os novos países africanos, o que contribuiu para a melhor compreensão de suas demandas, sobretudo no que concerne às vinculações com Portugal. A influência africana pode ser encontrada na negação do apoio irrestrito que se vinha concedendo até então ao colonialismo português na ONU pelos governos militares, quando o Brasil se absteve, em 1973, em votação sobre a questão colonial portuguesa. Nesse mesmo ano, Gibson Barboza realizou viagem ao Egito e ao Quênia, onde reforçou o apoio brasileiro à descolonização e criticou o apartheid, embora se atribuísse grande importância ao maior parceiro econômico africano do Brasil, a África do Sul, contra a qual não se tomavam medidas concretas em relação ao apartheid.

Do final da década de 1960 ao início da de 1970, destacam-se a formação de massa crítica sobre o continente africano e a mudança de estratégia de segurança para o Atlântico Sul, do ocidentalismo anticomunista para a cooperação e o estabelecimento de laços pacíficos e econômicos. Gibson Barboza ajudou a criar o Museu Afro-Brasileiro e o programa de concessão de bolsas de estudo que propiciaram maior conhecimento sobre os países africanos.

QUESTÃO 4

Disserte sobre a política econômica do Estado Novo (1937-45), discutindo eventuais mudanças no que se refere ao período compreendido entre 1930 e 1937.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

CESAR LINSAN PASSY YIP (14/20)

A política econômica da Era Vargas foi marcada pela mudança do que Celso Furtado chamou de eixo dinâmico da economia (do mercado exportador ao consumo interno) e de uma forma de viabilizar o desenvolvimento em contexto de escassez de divisas. Nesse sentido, o Estado Novo marcou uma inflexão importante no sentido de uma industrialização planejada e da nacionalização da economia, no que foi facilitado pelo contexto da Segunda Guerra Mundial.

Com a crise de 1929, houve grande diminuição da renda pela queda da exportação de café. Com isso, o início da década de 1930 viu uma verdadeira política anticíclica, que, ao retirar café de circulação, impedia queda maior de preços. Essa política de sustentação de renda, somada à depressão do mercado internacional, incentivou a produção para o mercado interno, incluindo a criação de indústrias. Tratou-se, no entanto, de industrialização



espontânea, uma vez que respondia a incentivos do mercado. Essa política deixará de ser espontânea para ser objetivo do Estado após a instalação do Estado Novo, em 1937.

Com efeito, uma das primeiras medidas do novo regime foi a suspensão do pagamento da dívida externa, rompendo com o esquema provisório acordado em 1934. Com isso, evidenciou-se o objetivo de utilizar as escassas divisas disponíveis para o processo de industrialização, por meio da importação de máquinas e equipamentos, de forma a produzir internamente os bens de consumo duráveis. Em 1939, a Missão Aranha negociaria uma retomada parcial do pagamento da dívida externa, mas em troca do apoio dos Estados Unidos ao processo de industrialização.

Essa barganha com os EUA, por sua vez, foi possível em razão do contexto externo de tensões que resultariam na II Guerra. Com efeito, Gerson Moura afirma que o Brasil manteve, até 1942, uma equidistância pragmática entre Estados Unidos e Alemanha, com que praticava o comércio compensado. Amado Cervo, no entanto, ressalta que a disputa no continente americano foi ainda mais ampla, com o grande incremento do comércio com o Japão, por meio da companhia de navegação Osaka Shosen Kaisha. Mesmo a URSS sondou o Brasil, mas Vargas recusou um acordo com a Luyamtorg por temor de infiltração ideológica.

Assim, à medida que aumentavam as tensões, Vargas teve condição de barganhar o apoio aos EUA em troca de apoio à industrialização. Pode-se apontar como marco desse processo o discurso no navio Minas Gerais, em 1940, depois do qual os EUA anunciaram empréstimo para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

A utilização de recursos para a indústria pesada no Estado Novo passou por uma estratégia de nacionalização, de que são evidências o Código de Minas e a criação do Conselho Nacional de Petróleo, sob o comando do general Horta Barbosa. Com isso, evidencia-se o intuito explícito de promover a industrialização pesada, em oposição à industrialização espontânea de bens de consumo no início da década de 1930. Exemplo dessa dualidade sobre o papel do Estado nesse processo foi o debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín sobre a criação de uma Comissão de Planificação, já no curso da Guerra. A atividade centralizadora do Estado, nesse aspecto, era exigência fundamental para coordenar o financiamento obtido do Eximbank americano, não só para a CSN, mas para a construção de ferrovias ou o desenvolvimento da borracha, conforme projeto desenvolvido pela Missão Cooke, em 1942.

A eclosão da guerra favoreceu ainda a industrialização pelos efeitos no comércio internacional. O bloqueio do Atlântico resultou na diminuição de importações pelo Brasil, ao mesmo tempo em que permitiu aumento das exportações para os Estados Unidos (sobretudo materiais estratégicos como borracha) e para outros países americanos, substituindo fornecedores tradicionais de bens manufaturados. Esse saldo positivo da balança comercial permitiu uma acumulação de divisas que, no entanto, esgotar-se-ia logo após o final do conflito. A industrialização, por sua vez, permaneceu.

A política centralizadora e nacionalista do Estado Novo permitiu aprofundar o desenvolvimento do mercado nacional, aproveitando-se do contexto da II Guerra. Assim, das negociações sobre a dívida externa, decidiu-se pela sua suspensão; de uma industrialização espontânea passou-se ao planejamento; e das dificuldades no comércio e da escassez de divisas passou-se ao superávit e à acumulação de reservas. Todos os fatores, portanto, evidenciam o objetivo de fomento ao desenvolvimento da produção nacional e da indústria.

* * *



HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa (Primeira Fase): 1 Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As Relações Internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX. 7 A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.



GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases): 1 História da Geografia: 1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico. 1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa. 1.3 As principais correntes metodológicas da Geografia. 2 A Geografia da População. 2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo. 2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intra-nacionais. 2.3. Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações. 3 Geografia Econômica. 3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho. 3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais. 3.3. Energia, logística e re-ordenamento territorial pós-fordista. 3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil. 4 Geografia Agrária. 4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais. 4.2 Estruturação e funcionamento do agro-negócio no Brasil e no mundo. 4.3. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro. 5 Geografia Urbana. 5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades. 5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais. 5.3. Dinâmica intra-urbana das metrópoles brasileiras. 5.4. O papel das cidades-médias na modernização do Brasil. 6 Geografia Política. 6.1. Teorias geopolíticas e poder mundial. 6.2. Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço. 6.3. Relações Estado e território. 6.4. Formação territorial do Brasil. 7 Geografia e gestão ambiental. 7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais. 7.2. Macrodivisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas 7.3. Política e gestão ambiental no Brasil.

Prova de 2012

QUESTÃO 1

O setor de geração de energia é considerado estratégico em muitos projetos nacionais. Por outro lado, os sistemas de engenharia por ele incrustados no território provocam por vezes significativos impactos nas áreas onde se localizam. Descreva as principais matrizes energéticas atuais, apontando as formas espaciais a elas associadas e o tipo de impacto que causam ou podem causar no meio ambiente.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

PEDRO TIE CANDIDO SOUZA (30/30)

A matriz energética brasileira é diversificada e, em grande medida, limpa. Enquanto a matriz energética mundial é composta por cerca de 10% de fontes renováveis e 90% de fontes não renováveis, a participação das fontes renováveis na matriz energética brasileira é de cerca de 45,4%. O Brasil tem realizado diversos investimentos no setor de geração de



energia, considerado estratégico para projetos nacionais de desenvolvimento, e elaborado tecnologias referentes às fontes renováveis e menos poluentes.

Em razão do alto nível de urbanização brasileira (cerca de 84,4%, segundo o último censo do IBGE) e das características da matriz de transportes do país (rodoviarismo), o petróleo continua representando a principal matriz energética atual, respondendo por cerca de 28% do total da matriz energética brasileira. Entretanto, essa participação significativa do petróleo causa impactos ao meio ambiente, sobretudo no que se refere ao aquecimento global, o que tem incentivado a transição progressiva para fontes mais limpas.

Ainda no que se refere às fontes não renováveis, cumpre ressaltar o papel do gás natural, do carvão mineral e do urânio na matriz energética brasileira. A participação do gás natural na matriz energética brasileira (cerca de 10%) tem aumentado, sobretudo em razão das reservas do Vale do Rio Urucu e da importação pelo gasoduto Brasil-Bolívia, mas ainda é menor que a média mundial. Quanto ao carvão mineral, deve-se destacar que o Brasil detém grandes reservas (principalmente no Rio Grande do Sul), mas que o carvão mineral brasileiro é de baixa qualidade. Por isso, a participação dessa fonte na matriz energética brasileira (aproximadamente 5%) também está abaixo da média mundial (mais de 20%). Ademais, as carvoarias causam impactos ambientais significativos, sobretudo em relação ao desmatamento. Por fim, o Brasil possui reservas de urânio em Caetité e em Santa Quitéria, além de controlar a tecnologia para a exploração dessa fonte. Ainda assim, a participação da energia nuclear na matriz energética brasileira (cerca de 1,4%) também se encontra abaixo da média mundial. Ademais, a fonte nuclear acarreta impactos ambientais relativos à questão dos resíduos e dejetos nucleares e pode, inclusive, ter impactos mais severos em acidentes ou vazamentos como o de Fukushima.

No que se refere às matrizes energéticas renováveis, cumpre ressaltar que a sua alta participação no total da matriz energética brasileira (45,4%) se deve ao peso da hidroeletricidade, dos produtos da cana de açúcar e, ainda, da lenha e do carvão vegetal. O Brasil tem uma extensa rede hidrográfica, o que confere ao país um dos potenciais hidrelétricos mais elevados do mundo. Ainda que a construção de hidrelétricas acarrete questões ambientais relativas à construção de barragens e ao alagamento de áreas, a energia hidrelétrica é considerada limpa e renovável. As bacias do Paraná e do Tocantins-Araguaia abrigam as maiores hidrelétricas em funcionamento no país, respectivamente “Itaipu Binacional” e “Tucuruí”. Além disso, há diversas hidrelétricas projetadas ou em construção, sobretudo no Norte, região que pode ser considerada a fronteira elétrica brasileira. É o caso das usinas de Belo Monte, Tapajós e Jirau, por exemplo. A matriz hidrelétrica responde por quase 15% do total da matriz energética brasileira e por quase 75% da matriz elétrica do país.

Com o relançamento do PROÁLCOOL e com os recentes investimentos em tecnologia “flex fuel” para automóveis, o etanol e os produtos da cana de açúcar têm representado uma das principais matrizes energéticas atuais, chegando a mais de 17% do total da matriz energética brasileira. Muitos argumentam que essa matriz pode impactar o meio ambiente por meio do esgotamento dos solos e ameaçar a segurança alimentar, ao desviar terras agricultáveis para a produção de combustível. O Brasil tem-se empenhado em demonstrar que os produtos da cana de açúcar e o etanol não representam uma ameaça à segurança alimentar e, na realidade, são fontes mais limpas e menos poluentes que os combustíveis fósseis. Nesse sentido, o Brasil promove o desenvolvimento do etanol em terceiros países e elabora projetos relativos ao etanol celulósico e ao uso do etanol na aviação.

A lenha e o carvão vegetal ainda têm um peso significativo (cerca de 10%) no total da matriz energética brasileira. Apesar de serem consideradas renováveis, essas fontes, utilizadas majoritariamente em termelétricas, não são muito eficientes. Além disso, favorecem o desmatamento e geram gases poluentes, o que tem encorajado o uso de matrizes mais eficientes e limpas.



Ainda que não tenham participação significativa na matriz energética brasileira, as fontes solar e eólica têm grande potencial para desenvolver-se no país. No geral, o que impede sua maior utilização são os custos elevados associados à instalação desse tipo de matriz. Mesmo assim, o Brasil tem centrais eólicas relevantes em localidades como Osório (RS), Cabo Frio (RJ) e Fortaleza (CE), além de uma crescente utilização residencial de energia solar em diversas regiões do país.

O Brasil é um país rico em recursos naturais, que são entendidos pela geopolítica como recursos de poder. Para assegurar a manutenção e a sustentabilidade do desenvolvimento, diversos programas nacionais têm priorizado o setor de geração de energia. O Brasil é rico em fontes não renováveis, como indicam as significativas reservas de petróleo na plataforma continental (Bacia de Campos, Espírito Santo e Bacia de Santos) e os recentes investimentos na exploração da camada pré-sal. Por outro lado, a matriz energética também é composta por fontes renováveis, em razão do peso da hidroeletricidade e do pioneirismo brasileiro no setor de etanol. Em suma, pode-se argumentar que a matriz energética brasileira é mais equilibrada que a média mundial e que, no contexto atual, se deve buscar minimizar os impactos ambientais da geração de energia.

QUESTÃO 2

Estudos encomendados pela UNESCO indicam que, no ano de 2025, diversos países deverão sofrer severa escassez de água doce. Enquanto isso, no Brasil, descobriu-se recentemente a existência de um aquífero ainda mais extenso que o conhecido Guarani. Reflita sobre a "questão da água" como problema geopolítico deste início de século XXI e procure situar o Brasil diante de processos que poderiam tornar a água doce uma commodity global.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

RAFAEL SANTOS GORLA (30/30)

A "questão da água" é definitivamente um dos grandes temas geopolíticos do início do século XXI. Levando em conta os estudos encomendados pela UNESCO (segundo os quais, em 2025, a escassez de água doce será a realidade de muitos países), e considerando ainda se encontram em zonas já por si sós geograficamente vitais (Oriente Médio, África etc), a importância geopolítica da água doce no mundo contemporâneo torna-se inegável. Em face desse novo cenário que ora se descortina, a recente descoberta do Aquífero Tapajós (Alter do Chão) no Brasil traz esse país para a linha de frente dos debates e ações geopolíticas do novo milênio, especialmente se se leva em conta a possível commoditização da água doce. A "questão da água", dessa forma, além de ser premente questão geopolítica internacional, representa desafios e oportunidades para o organizador do território brasileiro, o Estado nacional, o qual desempenhará papel fundamental no uso sustentável e geopolítico dos fartos recursos hídricos nacionais.

A "questão da água" será fundamental nos próximos anos, haja vista a crescente degradação ambiental que se observa em muitas regiões e a conseqüente escassez hídrica resultante. Pode-se afirmar que essa escassez hídrica tem suas causas em muitos fatores dispersos, mas que criam um conjunto nefasto de problemas graves, que demandam



solução. A urbanização acelerada, o mau uso de recursos hídricos, a contaminação de lençóis freáticos (pelo uso insustentável de agrotóxicos), bem como o aquecimento global são todas causas para a severa escassez de água a ser observada em muitos países em 2025.

No Oriente Médio, por exemplo, alvo de tantas disputas geopolíticas (muitas vezes associadas ao controle sobre reservas de petróleo) ao longo da história, a escassez de água que já se observa tem o potencial de lançar a região em tenebrosa convulsão social e política, em muito prejudicando a tentativa de equacionamento de importantes dilemas geopolíticos, como a questão palestina. Atualmente, o rio Jordão é a única fonte de água doce da região, e seu controle pelo Estado de Israel é um dos grandes complicadores do processo de emancipação palestina e do reconhecimento pleno do Estado palestino. No entanto, a questão da água não se limita ao embate geopolítico árabe-israelense. Também entre as nações árabes a escassez de água tem o potencial de exacerbar diferenças e desentendimentos entre diferentes etnias, podendo multiplicar as tensões na área.

O continente africano, por sua vez, também está sujeito a grandes dificuldades decorrentes da falta de água. À medida que os países da região busquem modernizar suas agriculturas, é natural que recorram cada vez mais a técnicas de irrigação. No entanto, esse uso da água pode proporcionar grandes desperdícios, o que, associado ao crescimento urbano macrocéfalo observado em vários territórios africanos, resulta em grande escassez de água e, conseqüentemente, elevação de tensões geopolíticas e disputa pelo controle de bacias hidrográficas.

Ressalte-se ainda que, de maneira geral, o grande crescimento econômico que se observa nos grandes emergentes, como China, Índia, Brasil e África do Sul, promove mudanças de estruturas sociais, de modo que esse crescimento retira milhares de pessoas da classe pobre e os eleva à categoria de classe média, alterando assim os padrões de consumo. Essa alteração de padrões de consumo implica demanda cada vez maior por recursos hídricos (tão sequiosos que estão as massas emergentes por um padrão de consumo semelhante ao dos países ricos), tornando a “questão da água” um problema geopolítico incontornável.

O Brasil, nesse contexto internacional, há de ter posição protagônica. No Brasil, fluem em torno de 20% da água doce do mundo. Seu território é irrigado por um complexo farto de bacias hidrográficas, sendo que as principais são: bacia Amazônica, bacia do Araguaia-Tocantins, bacia do São Francisco, bacia do Parnaíba, bacia do Paraguai, bacia do Paraná e bacia do Uruguai. Além disso, o estoque de água doce subterrâneo, consubstanciado principalmente, mas não apenas, no Alter do Chão e no Aquífero Guarani, representa recurso de poder geopolítico considerável.

Nesse sentido, os processos que poderiam tornar a água doce uma commodity mundial são assunto que importa à gestão do patrimônio ambiental brasileiro. O uso da água teria de ser regulado nacionalmente, tendo em mente as novas demandas e exigências territoriais que a exportação de água doce implicaria.

Na realidade, autores como Bertha Becker chamam atenção para o fato de a água doce já ser comercializada atualmente, segundo o conceito de “mercadoria fictícia”. Na acepção do termo, considera-se a grande quantidade de água doce que é utilizada como insumo na produção de vários produtos que são exportados pelo Brasil. Produtos primários como soja, milho e açúcar são fruto de processos agrícolas intensivos em água, via irrigação, assim como, mutatis mutandis, as carnes que são exportadas. Isso se observa em razão, em partes, da aceleração dos tempos da natureza promovida pela inserção do vetor técnico-científico-informacional nos processos agropecuários, de modo que tal aceleração demanda maior uso de água.

No caso da commoditização em si da água doce, o Brasil se tornaria imediatamente grande supridor internacional desse bem. Tal cenário teria como resultado a elevação do perfil nacional em sua inserção internacional. Ao dispor, em abundância, de recursos que em outra parte são escassos, o Brasil estaria, em termos geopolíticos, em posição de



vantajosa. Todas as discussões relativas à governança global de recursos hídricos teriam de contar com o apoio brasileiro para que prosperassem.

Do ponto de vista da gestão territorial, caberia ao Estado nacional ocupar-se de maneira cada vez mais eficiente do adequado manejo de seus fartos recursos hídricos. Segundo Bertha Becker, recursos naturais não devem ser preservados apenas em função de seus valores intrínsecos naturais, mas, principalmente, devem ser preservados por serem recursos de poder do Estado. O aspecto natural dos recursos hídricos pouco importa. O que é realmente importante é a interação entre esses recursos e os homens, ou seja, o aspecto social e geográfico das águas que irrigam o território nacional. Nesse sentido, pode-se observar uma progressiva retomada de espaço por parte do Estado desde a década de 1930, quando Getúlio Vargas editou o Código das Águas, passando pela SEMA, de 1973 (a qual implicava reação soberanista à Conferência de Estocolmo), pelo Plano Nacional de Meio Ambiente, de 1981 (já dotado de preocupações ambientalistas), até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual dedica especial atenção ao uso social do patrimônio natural brasileiro. Nesse quadro normativo estatal há de se inserir e de se aprofundar os meios de gestão hídrica, tendo em vista o valor da água doce no início do século XXI.

A escassez de água já se faz sentir em muitas regiões do mundo, especialmente em locais por si sós já importantes do ponto de vista geopolítico. Nesse cenário de carestia hídrica internacional, o Brasil há de desempenhar papel protagônico, tendo em vista sua abundância de recursos hídricos bem como a disposição estatal em instrumentalizá-los.

QUESTÃO 3

O Acordo de Schengen é uma convenção intergovernamental que suprime o controle de pessoas nas fronteiras interiores do espaço comum europeu e o organiza em suas fronteiras exteriores. Com relação a estas últimas, explique como a questão da imigração tem sido tratada pelos principais países signatários, considerando a atual crise econômica no continente.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

RAFAEL SANTOS GORLA (20/20)

No caso das fronteiras exteriores dos países da União Europeia, pode-se observar que tem havido endurecimento por parte de alguns dos signatários de Schengen no que tange às práticas imigratórias. A crise econômica da zona do euro, que já causou a derrubada de vários governantes ou a derrota dos partidos de situação (como em Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), tem gerado pressões imigratórias nas fronteiras dos países europeus, levando vários signatários a reverem suas políticas de controle de fronteiras.

Em termos gerais, as fronteiras de um Estado podem ser mais ou menos porosas, mais ou menos fluidas, dependendo das dinâmicas sociais que se verificam ao longo da faixa de fronteira e dependendo também da disposição regulatória do Estado, o qual tem a função de organizar e de selecionar os fluxos que buscam atravessar suas fronteiras. Há, em termos abstratos, 4 modelos de interação fronteiriça: o sináptico, o capilar, o modelo de



frente e o de tampão. O sináptico é o que proporciona interação mais substancial entre os dois lados, pressupondo uma fluidez que compartilhe recursos e promova o livre trânsito de fluxos. O capilar pressupõe interação menor e que pode ocorrer, às vezes, à revelia do Estado, o administrador da fronteira. O modelo de frentes pressupõe fluxo unidirecional, em geral motivado por necessidade de exploração de novas possibilidades territoriais; finalmente modelo tampão pressupõe isolamento e pouca interação entre os dois lados da fronteira.

No arcabouço normativo da União Europeia, o Acordo de Schengen teve a função de abolir o controle fronteiriço de pessoas nas fronteiras interiores do espaço comum europeu e regulou o controle das fronteiras externas. Assim, internamente, o contato fronteiriço pretendido por Schengen se assemelha a uma versão aprofundada do modelo de interação sináptica. O intuito dos signatários foi dotar o espaço comum europeu de maior fluidez interna, multiplicando assim as possibilidades de interação entre as sociedades dos países signatários, o que implica criação de espaço e maior oportunidade de fruição de recursos econômicos, sociais e políticos. Externamente ao espaço comum europeu, o Acordo de Schengen fixou regras gerais, obrigatórias a todos os signatários.

No entanto, a crise econômica acentuada, pela qual se debatem os governos de todos os países europeus, tem gerado pressões imigratórias nas fronteiras europeias. Além da crise econômica mundial, eventos como a Primavera Árabe deflagraram impulsos migratórios em direção aos países europeus, especialmente os do Mediterrâneo. Nesse contexto, alguns países signatários do Acordo de Schengen têm pretendido endurecer o controle em suas fronteiras. Julgam que o controle das fronteiras externas, tal como regulado pelo Acordo de Schengen, não tem mais condições de selecionar adequadamente o fluxo de pessoas pelas fronteiras. Questionam, assim, a relativa porosidade ensejada por Schengen e almejam controlar seus territórios de maneira mais intensa e soberana.

Outra crítica que tem sido feita ao Acordo de Schengen por parte de países como Alemanha e França diz respeito ao fluxo dentro do espaço comum europeu. Segundo esses países, o fato de alguns dos signatários não realizarem o controle em suas fronteiras externas com o necessário rigor faz que muitos imigrantes extra-comunitários adentrem os limites da U.E. e, uma vez dentro, dirijam-se aos países alvo de imigração, facilitados nesse desiderato pelas facilidades e pela flexibilidade inter-fronteiriça proporcionada pelo Acordo de Schengen. Assim, esses países têm se manifestado no sentido de eventualmente suspender a validade do regime de Schengen para si, o que implicaria grande retrocesso no projeto de integração europeia.

Na realidade, os questionamentos feitos à normativa do Acordo de Schengen refletem o fenômeno mais geral do euroceticismo, que se abate sobre vários grupos sociais em muitos dos países signatários. No que respeita ao tema do controle das fronteiras, tanto internas quanto externas, há grupos políticos europeus que veiculam discurso segundo o qual a cessão de soberania em favor dos mecanismos supra-nacionais foi demasiada. Advogam uma progressiva reconquista da soberania, especialmente no tema candente do controle fronteiriço.

Em suma, a tentativa de recrudescimento do controle nas fronteiras externas (e, em alguns casos, internas) é reflexo de problemas econômicos e políticos – que se manifestam na forma de pressões migratórias nas fronteiras europeias – e é também reflexo do sentimento de euroceticismo, segundo o qual teria de haver progressiva reconquista da soberania estatal dos signatários.

**QUESTÃO 4**

O Sahel compreende uma grande faixa de terras situada entre o deserto do Sahara e as florestas e savanas africanas. Identifique país da região que sofreu recente processo de secessão do seu território e as principais questões geopolíticas envolvidas, levando em conta sua posição de interface entre as duas porções do continente.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

RAFAEL SANTOS GORLA (20/20)

A região do Sahel africano tem grande importância geopolítica em razão de estar situada entre a porção norte do continente, majoritariamente muçulmana, e a porção sul, majoritariamente cristã e animista, de modo que sua posição de interface pode tanto contribuir para maior interação e integração do continente como um todo quanto pode representar fratura espacial, bloqueando iniciativas de aproximação entre os países africanos das duas porções. O fato de ter havido, recentemente, processo de secessão de país da região (Sudão, dando origem ao Sudão do Sul) incrementa o valor estratégico do Sahel e sua função de interface. Uma das grandes questões geopolíticas envolvidas é saber se a secessão promoverá possibilidade de maior interação entre as duas porções africanas ou se reforçará a fratura continental entre norte e sul.

A secessão ocorreu no Sudão, país rico em petróleo, mas flagelado por desafiadores traumas sociais. Como resultado do processo de secessão, a porção norte do território permaneceu como o Sudão, e a porção sul surgiu como o mais novo membro da comunidade de nações, denominado Sudão do Sul. Após anos de conflitos entre as populações muçulmanas e nômades do norte (que controlavam todos os recursos territoriais, inclusive os do sul) e a população de etnias cristãs e animistas do sul, foi organizado plebiscito para que se escolhesse pela secessão ou pela continuidade dos vínculos políticos com a administração do norte. A maioria esmagadora da população do sul (mais de 90%) votou pela secessão, de modo que surgia então o Sudão do Sul.

A princípio, o processo pacífico de secessão, que resultou no plebiscito e na criação do novo Estado, poderia significar o fim das tensões que, durante muitos anos, agravaram as condições sociais da região. Infelizmente, subsistem problemas geopolíticos entre Sudão e Sudão do Sul, os quais, se não forem equacionados, põem em risco a estabilidade da região do Sahel, o que pode comprometer os esforços de estabilização da África toda, tendo em vista a posição estratégica de interface do Sahel, do Sudão e do Sudão do Sul.

O principal problema geopolítico entre Sudão e Sudão do Sul se refere ao controle da região denominada Abiey. Essa região é extremamente rica em petróleo e, por situar-se no entroncamento entre norte e sul, é reivindicada por ambos os países. Na realidade, a discórdia se materializa na escolha das regras que determinariam o plebiscito em Abiey. Essa região tem a particularidade de ser habitada por grupos étnicos pertencentes ao Sudão do Sul. No entanto, transitam pela região grandes contingentes de etnias nômades, que possuem maiores vínculos com o Sudão. Desse modo, o resultado do plebiscito em Abiey sempre dependeu de definir quem estaria habilitado a participar do plebiscito. Se apenas as populações de etnias cristãs e animistas, fixas na área e vinculadas ao sul, ou se também as populações nômades (vinculadas ao norte) poderiam votar no plebiscito. No primeiro caso, é evidente que a vitória é do Sudão do Sul; no segundo, do Sudão. Assim, a disputa pelo controle de Abiey continua como séria controvérsia entre os Estados. O fato de a região



ser rica em petróleo agrava as tensões, pois introduz na dinâmica local um componente geopolítico extrarregional, tendo em vista o valor estratégico que o petróleo tem para as potências econômicas, militares e políticas do mundo globalizado.

Especificamente no Sudão, ainda não foram controladas graves crises humanitárias, como na região de Darfur, o que implica grandes dificuldades no que tange ao objetivo de estabilizar a região e fazer que ela se torne faixa de interação entre a porção norte e a porção sul do continente africano. No caso de Darfur, não se trata de separatismo motivado por diferenças étnicas, mas se trata de demanda por maior autonomia administrativa por parte da população de Darfur. A crise humanitária, de qualquer modo, atinge o paroxismo, na medida em que muitos analistas de direitos humanos afirmam tratar-se de genocídio em curso.

Tomadas conjuntamente, essas dificuldades locais maximizam as repercussões geopolíticas que têm os eventos da região. A sobreposição de camadas de tensões torna-se, em seu conjunto, muito determinante para o destino do continente africano, tendo em vista a posição estratégica do Sudão e do Sudão do Sul. Caso ambos os Estados cheguem a um consenso a respeito de Abiey, e caso o Sudão equacione adequadamente seus problemas internos, então terá sido dado passo determinante no desejável projeto de maior interação africana, em especial entre a porção norte e porção sul do continente. Caso esses problemas se exacerbem e não se chegue a denominador comum, então a tentativa de proporcionar maior união continental restará severamente prejudicada.

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

POLÍTICA INTERNACIONAL (Primeira e Terceira Fases): 1 Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2 A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3 O Brasil e a América do Sul. 3.1 Integração na América do Sul. 3.2 O MERCOSUL: Origens do processo de integração no Cone Sul: objetivos, características e estágio atual de integração. 3.3 A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). 3.4 A União Sul-Americana de Nações: objetivos e estrutura. 3.5 O Conselho de Defesa da América do Sul. 4 A política externa argentina; a Argentina e o Brasil. 5 A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6 Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7 A Política externa francesa e relações com o Brasil. 8 Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9 Política externa alemã e relações com o Brasil. 10 A União Européia e o Brasil. 11 Política externa russa e relações com o Brasil. 12 A África e o Brasil. 13 A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14 Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16 A agenda internacional e o Brasil: 16.1 O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as Conferências Internacionais; os órgãos multilaterais. 16.2 Desenvolvimento. 16.3 Pobreza e ações de combate à fome. 16.4 Meio ambiente. 16.5 Direitos Humanos. 16.6 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC).



16.7 Sistema financeiro internacional. 16.8 Desarmamento e não-proliferação. 16.9 Terrorismo. 16.10 Narcotráfico. 16.11 A reforma das Nações Unidas. 17 O Brasil e o sistema interamericano. 18 O Brasil e a formação dos blocos econômicos. 19 A dimensão da segurança na política exterior do Brasil. 20 O Brasil e as coalizões internacionais: o G-20, o IBAS e o BRIC. 21 O Brasil e a cooperação sul-sul.

Prova de 2012

QUESTÃO 1

Um grande desafio estratégico para os Estados Unidos nas próximas décadas será integrar as potências emergentes às instituições internacionais. O vigoroso crescimento do Brasil, da China e da Índia, bem como o surgimento de economias médias como a Indonésia e a Turquia, está transformando a paisagem geopolítica e colocando à prova os fundamentos da ordem liberal criada após a Segunda Grande Guerra. A administração Obama está desenvolvendo relações cooperativas com as potências emergentes com base na premissa de que países cuja presença na cena internacional é relevante atuam de forma responsável em nível global. Mas os Estados Unidos não devem alimentar ilusões quanto à facilidade de integrar os atores emergentes. Potências emergentes podem clamar por maior influência global, mas elas, com frequência, opõem-se às regras nas esferas econômica e política que foram herdadas da ordem liberal ocidental. Elas procuram transformar os arranjos multilaterais existentes e se absterem de assumir responsabilidades globais significativas.

Patrick Stuart. *Irresponsible Stakeholders? The difficulty of integrating rising powers.* In: *Foreign Affairs*, nov./dez./2010.

Ao comentar a opinião acima, discorra de forma breve sobre as mudanças estruturais que levaram, nos últimos anos, ao surgimento de novos atores de peso no sistema internacional. Identifique os principais dentre tais atores, bem como os correspondentes mecanismos de coordenação de que participam nas esferas financeira e comercial. Ao examinar esses mecanismos, indique os pontos de divergência que esses países apresentam entre si, bem como com relação aos Estados Unidos da América.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

JOHN MONTEIRO MIDDLETON (25/30)

Ao longo das últimas décadas, uma série de mudanças sistêmicas e particulares a determinados países fizeram com que a ordem internacional cambiasse de uma lógica bipolar (Guerra Fria) e um breve período unipolar (pós-queda da URSS) para uma lógica crescentemente multipolar. O surgimento de novos atores de peso no cenário internacional torna-se cada vez mais incompatível com o arcabouço institucional criado após o término da



2ª Guerra Mundial. É nesse contexto que se situa o pleito desses novos atores de peso por uma democratização dos foros internacionais. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que haverá forças de resistência em relação a essas demandas, forças que serão exercidas por parte dos atores que detêm maior protagonismo e poder dentro dessas instituições.

No que concerne às mudanças estruturais que levaram ao surgimento de nações com maiores recursos de poder e à formação de uma ordem mais multipolar, a questão pode ser analisada sob dois prismas. Primeiramente, deve-se destacar a maturidade atingida por atores como Índia e Brasil, que se tornaram democracias sólidas e estáveis do ponto de vista político e econômico. A experiência chinesa certamente é a mais impressionante, impulsionada pelo reformismo de Deng Xiaoping. Por outro lado, houve uma alteração sistêmica importante, que se aliou à ascensão desses países para engendrar a multipolaridade. A Rússia, que permaneceu paralisada após a desastrosa transição para economia de mercado, retomou seu protagonismo. Ademais, a multipolaridade aventada para o pós Guerra Fria não se materializou, e houve um declínio de poder norte-americano. É importante salientar que esse declínio deve ser relativizado. A economia dos EUA ainda é três vezes maior do que a chinesa e o poder militar do país permanece absolutamente incontestado, levando alguns analistas a falar em uma unimultipolaridade, uma ordem multipolar que, sob muitos aspectos, permanecerá sob a égide norte-americana.

Como principais atores dessa nova ordem multipolar podem ser citados, ao lado das três nações supracitadas (Brasil, Índia e China) e da Rússia revigorada, a África do Sul e a Indonésia, de modo que não é coincidência o fato de que esses atores estão presentes nos acrônimos de quase todas as alianças de geometria variável das quais participa, de modo engajado, a diplomacia brasileira, como o BASIC, o BRICS e o IBAS.

Nos âmbitos financeiro e comercial, os principais mecanismos de coordenação dos quais participam esses atores são, respectivamente, o G20 Financeiro e o G20 da OMC, formado por ocasião das negociações da paralisada Rodada de Doha do Desenvolvimento.

Numa análise sobre a esfera comercial e sobre os eventuais pontos de divergência entre os países em desenvolvimento e destes em relação aos EUA, cabe, primeiramente, tecer alguns comentários sobre o atual estágio das negociações. Detratores da política externa brasileira defendem que o impasse nas negociações atesta que os investimentos feitos no G20 não renderam frutos, todavia, cabe destacar que diante de sucessivas rodadas em que somente os interesses dos países desenvolvidos foram contemplados, a paralisia pode ser entendida como progresso. O acordado no âmbito da OMC foi que chegara o momento de contemplar os interesses dos países em desenvolvimento. A Rodada deveria negociar agricultura e seria benéfica ao desenvolvimento, conforme atesta seu nome: Rodada de Doha do Desenvolvimento. É a defesa desse compromisso que o G20 coerentemente advoga. No seio do G20 da OMC, há divergências devido ao fato de que a China e, particularmente, a Índia mostram maiores resistências em relação à extensão da liberalização agrícola. Isso acontece devido a particularidades desses dois países, principalmente no que tange aos seus contingentes demográficos e sua agricultura, que, em vastos espaços dos interiores dessas nações, carece de densidade técnica. Esses países temem que uma desarticulação dos seus setores agrícolas resulte em êxodo maciço rumo aos já superpovoados centros urbanos. No que concerne às divergências com os EUA, os membros do G20 sustentam que os norte-americanos devem reduzir seus subsídios agrícolas sem que sejam exigidas tantas contrapartidas em NAMA, conforme foi acordado previamente em umas das rodadas da OMC que antecederam Doha, por meio da chamada negociação mandatada.

Na esfera financeira, pode-se dizer que há um consenso maior não somente no que concerne à coesão dos membros do G20F que são países em desenvolvimento, mas também quanto à relação dos mesmos com os EUA. A própria situação de protagonismo a que foi alçado o G20F, em detrimento do G8+1, atesta que a concertação política dos emergentes surtiu efeitos. Alia-se a isso o compromisso assumido de reforma das instituições de Bretton Woods (BM e FMI), com aumento das quotas-parte para os



emergentes. Como ponto de discórdia, pode ser destacada a questão cambial. Entre os emergentes, devido à competitividade que o yuan desvalorizado confere à economia chinesa, e entre estes e os EUA, em relação ao excesso de liquidez que os pacotes anticíclicos norte-americanos despejaram no mundo. Muitos desses dólares buscam a estabilidade brasileira, causando apreciação cambial e críticas da Presidente Rousseff sobre um tsunami monetário que minaria a competitividade e capacidade exportadora do Brasil.

Em relação às iniciativas sul-sul promovidas por muitos dos novos atores emergentes, cabe destacar que elas não são novidade, conforme atesta a existência de iniciativas anteriores como o MNA ou o G77, no entanto, as iniciativas atuais contêm uma característica nova e marcante. Ao contrário do disposto no excerto da obra de Patrick Stuart, países como o Brasil demonstram, de modo inequívoco, que estão dispostos a assumir o papel de stakeholders globais responsáveis, assumindo responsabilidades crescentes ante a ordem internacional contemporânea. Contrastando com a postura mais demandante e reativa do passado, o Brasil e outros atores em ascensão dão mostras claras de que contribuirão com o seu quinhão no que concerne à construção de uma ordem global mais justa, equilibrada e menos assimétrica. Essa nova ordem será construída de modo concertado com os países desenvolvidos, por meio de contribuições concretas e não somente retórica reivindicatória. No caso do Brasil, a lógica supracitada se aplica em inúmeros âmbitos, como demonstram a Minustah (segurança e desenvolvimento), os aportes financeiros junto ao FMI e o Fundo IBAS para redução da fome e da pobreza.

QUESTÃO 2

A conjuntura econômica internacional continua a refletir o alcance da crise financeira iniciada em 2008. Seus impactos afetam diferentes variáveis econômicas e políticas nacionais, bem como processos negociadores internacionais. Discorra sobre as consequências da crise no que tange à evolução das agendas financeira (G-20 financeiro) e comercial (Rodada Doha) internacionais. Avalie em que medida as respostas à crise poderiam afetar um desenlace exitoso da Rodada Doha.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

LAURA BERDINE SANTOS DELAMONICA (30/30)

A crise econômico-financeira que teve início em 2008, também chamada de crise dos subprimes, cujo estopim foi a falência do banco Lehman Brothers teve seu epicentro nos Estados Unidos da América. Essa crise evidenciou a fragilidade do sistema financeiro internacional baseado na “mão invisível do mercado” e exigiu dos países respostas concertadas e multifacetadas. As consequências dessa desestabilização econômica foram sentidas em diversos países, em razão de o mundo ser crescentemente interligado e interdependente. A necessidade de reformas fiscais e monetárias ficou patente, bem como se deu destaque à solidez econômica de países como a China e o Brasil, que saíram da crise com relativa rapidez, ao contrário do que ocorreu com alguns países da Europa. Nesse contexto, a crise financeira influenciou sobremaneira a evolução das agendas financeira (G-20 Financeiro) e comercial (Rodada Doha), ao mostrar que a cooperação e a defesa do



multilateralismo são respostas mais eficazes que o unilateralismo na resolução dos desafios internacionais. Nessa esteira, a conclusão da Rodada Doha torna-se essencial, como tem advogado a diplomacia brasileira.

No que tange à evolução da agenda financeira internacional, a eclosão da crise destacou que o G-8 (G-7 + Rússia), o clube das oito potências econômicas do planeta, não era o foro mais adequado para lidar com esse desafio internacional, devido à sua pequena abrangência e por comportar países que estavam sendo seriamente afetados pela descrença internacional nos sistemas financeiros. Dessa forma, foi necessário articular uma resposta mais ampla, representativa e imediata à crise. Mais que discussões em um G-8 ampliado (G-8 + “outreach five”), na esteira do Processo de Heiligendamm, era necessário multilateralizar as discussões, pois países com experiências diversas poderiam ter contribuições diferentes para solucionar a crise. O Brasil, por sua vez, buscou atuar pelo exemplo, conferindo destaque à sua estabilidade econômica, e pretendeu também diminuir suas vulnerabilidades externas. Nesse contexto, convocou-se a Cúpula do G-20 Financeiro em 2008, em Washington, em seu mais alto nível, de Chefes de Estado e de Governo. Desde a criação do G-20 F em 1999, era a primeira vez que tal composição de alto nível se apresentava.

Desde então, a agenda financeira foi aprofundada e reformada, com ganho de protagonismo e proatividade dos países em desenvolvimento, pois, apesar de a crise ter se originado no centro do modelo econômico neoliberal, as conseqüências foram globais. Nesse sentido, cabe ilustrar esse argumento com as Cúpulas realizadas e as reformas entabuladas desde então. Após a Cúpula de Washington, a Cúpula de Londres (2009) evidenciou o engajamento dos países na reforma das instituições de Bretton-Woods – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, aumentando o aporte do primeiro de US\$250 bilhões para US\$750 bilhões, além de apresentar medidas de combate à lavagem de dinheiro e à corrupção. Na sequência, a Cúpula de Pittsburg (2009), além de dar continuidade à discussão acerca da distribuição de quotas do FMI e do BM, reconheceu o G-20F como principal instituição na discussão de soluções concertadas para a crise, o que trouxe importantes conseqüências para a ordem internacional. O protagonismo de países emergentes, como Brasil, China e Índia, ficou evidente no discurso questionador e, ao mesmo tempo, propositivo desses países, materializando reivindicações que datavam do G-24 e do Blue Book da década de 1970. Nas Cúpulas de Seul e de Toronto, a defesa de um crescimento forte, sustentado e equilibrado fica clara no discurso brasileiro, o qual foi retomado na recente cúpula do G-20F em Los Cabos, quando se reconheceu que medidas recessivas de austeridade fiscal não são a melhor resposta para a crise, cujos efeitos ainda são sentidos em muitas localidades.

Nesse sentido, os efeitos da crise permeiam também a agenda comercial no âmbito da Organização Mundial do Comércio e, principalmente, criam obstáculos à conclusão da Rodada Doha. Também chamada de Rodada do Desenvolvimento, atualmente encontra-se “em compasso de espera”. Desde seu lançamento em 2001, mesmo ano da entrada da China na OMC, a Rodada Doha passou por avanços e recuos. A evolução das negociações foi notada após a proposição do Pacote Lamy (July Framework), em 2004, em que a União Europeia, os Estados Unidos e o G-20 Comercial (criado em 2003, em Cancún) mostraram disposição para negociar os principais temas da Rodada: subsídios à produção e à exportação de bens agrícolas, bem como a contrapartida de liberalização dos mercados não agrícolas (NAMA).

A crise de 2008 trouxe, no entanto, uma dificuldade adicional a essas tratativas, infelizmente em um momento em que as negociações pareciam avançar. A dificuldade dos debates acerca do gatilho das salvaguardas especiais (ou seja, quais seriam os limites de importação que autorizariam a imposição de salvaguardas) foi agravada pela adoção de medidas protecionistas por parte de vários países no contexto da crise desencadeada em 2008, a exemplo do programa Buy American dos EUA. A dificuldade de obtenção de um acordo por parte de Índia, China e Estados Unidos frente à barganha entre liberalização em



NAMA e no mercado agrícola, bem como em relação ao patamar das salvaguardas especiais, levou a Rodada Doha a ser colocada em “compasso de espera”, tornando-se a rodada de negociações mais longa da história da OMC.

O Brasil defende que a Rodada Doha é insubstituível e que sua conclusão exitosa é fundamental para tornar as relações econômicas internacionais mais justas e equilibradas. Um dos eixos da política externa contemporânea é a promoção do desenvolvimento, de modo a crescer, incluir e proteger. Nesse sentido, a Rodada Doha será essencial para promover o desenvolvimento dos países. Uma vez que as relações econômicas e comerciais estão interconectadas, medidas de resposta à crise que busquem a promoção da competitividade mediante investimentos em ciência, tecnologia e inovação podem estimular os países a consolidarem suas vantagens competitivas, o que os daria condições de definir seus interesses específicos e de defendê-los na Rodada Doha. Além disso, a adoção de ajustes fiscais não recessivos estimularia o consumo internos dos países, aquecendo a economia de maneira sustentável e evitando a aplicação de medidas protecionistas distorcivas ao comércio.

O desenlace exitoso da Rodada Doha não é uma possibilidade, deve ser uma necessidade, conforme advogado pelo Brasil. A conclusão da Rodada, da mesma maneira que pode ser uma consequência das respostas à crise articuladas no âmbito do G-20F, pode ser considerada também uma das medidas de superação da crise, ao promover relações comerciais mais justas e equânimes. Os efeitos negativos da crise de 2008 ainda são sentidos, a exemplo da crise da zona do euro afetada pela crise dos subprimes, mas somente a tomada de decisões concertadas, abrangentes e responsáveis, em defesa do multilateralismo, será capaz de colocar a economia de volta nos trilhos.

QUESTÃO 3

Uma das principais características do atual cenário internacional reside no crescente peso relativo de países emergentes nas relações comerciais, financeiras e políticas internacionais. Tal tendência se refletiria, com particular intensidade, no exemplo da China, que deverá tornar-se a principal economia mundial (conforme critério de "Paridade de Poder de Compra") a curto prazo.

Discorra sobre as oportunidades e desafios da ascensão relativa da China, sob a perspectiva da política externa brasileira, nos planos comercial e financeiro. Indique, ainda, eventuais pontos de convergência e de divergência entre a China e o Brasil quanto à agenda ambiental multilateral (mudanças climáticas) e à reforma do Conselho de Segurança da ONU.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

JOHN MONTEIRO MIDDLETON (18/20)

A ascensão chinesa observada ao longo das últimas décadas representa e suscita importantes oportunidades e desafios para a política externa brasileira. No que concerne às oportunidades, é importante que o Brasil perceba sob que aspectos pode haver convergência entre os pleitos de ambos os países no contexto de uma ordem internacional crescentemente multipolar, de modo que a diplomacia brasileira possa ver serem reforçadas, por esse ator essencial, muitas das suas reivindicações no plano externo. Como maior desafio, reside o fato de que a China se desloca cada vez mais para um eixo



assimétrico de poder em relação ao Brasil, fato que pode reduzir a congruência entre a política externa e os interesses nacionais de cada um dos países, ao mesmo tempo em que compromete a posição negociadora do Brasil.

Quanto à crescente assimetria supracitada, cabe salientar que ela decorre do fenômeno absolutamente sem precedentes na era industrial de crescimento de quase 10% a.a. vivenciado pela China ao longo de três décadas. Nesse período, particularmente nas últimas duas décadas, o Brasil vivenciou avanços notáveis e atingiu estabilidade política e macroeconômica, além de ter implementado um programa de reformismo social muito bem-sucedido, todavia, o fenômeno de crescimento chinês aumentou, e segue aumentando, a assimetria de recursos de poder à disposição de ambos os países.

No âmbito comercial e financeiro, residem grandes desafios para a relação bilateral, como a disputa e concorrência chinesa em terceiros mercados, notadamente África e América do Sul em relação a bens manufaturados que o Brasil tradicionalmente exportava para essas regiões. Outro problema é a predominância significativa de primários na pauta exportadora para a China (soja e minério), ao passo que o Brasil importa cada vez mais manufaturados, à medida que o parque industrial chinês se moderniza e se torna cada vez mais competitivo.

Cabe destacar, todavia, que é também nesse âmbito que residem muitas das sinergias entre os dois países. A China é o maior parceiro comercial do Brasil e a manutenção das suas importações e do superávit comercial em favor do Brasil permitiriam que se atenuassem os efeitos da crise mundial contemporânea. No âmbito financeiro, a China compartilha o pleito brasileiro por uma reforma do arcabouço institucional dos organismos de Bretton Woods que democratize o processo decisório nesses foros, tendo prestado contribuição decisiva para o triunfo do compromisso assumido de reforma do BM e do FMI.

No contexto do regime internacional de mudanças climáticas e reforma do CSNU, também existem convergências e divergências entre ambos os países. No âmbito da segurança, a China já afirmou que considera legítimas as aspirações do Brasil a um assento permanente, todavia, em matéria tão sensível é recorrente que prevaleçam abordagens absolutamente realistas, e é notório que não é do interesse chinês a presença de atores como a Índia e o Japão como membros permanentes, países que, juntamente com o Brasil e a Alemanha, compõem o G4, grupo de nações que aspiram à condição de membros permanentes. No que concerne à agenda relacionada ao regime de mudanças climáticas, a convergência prevalece, limitando-se as divergências a questões de fundo. A articulação bilateral em que ambos se comprometeram a doar fundos ao PNUMA e aos PMDRs no contexto da Rio+20 e o BASIC são prova disso, além da defesa do princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas.

O contínuo deslocamento da China para um eixo de poder assimétrico em relação ao Brasil, à medida que Beijing se aproxima de Washington na escala de poder mundial, significa que o Brasil deve investir em medidas que dotem sua política externa em relação a esse país de maior operacionalidade e racionalidade, de modo a atenuar eventuais prejuízos em sua posição negociadora e reforçar a capacidade de perceber eventuais oportunidades. Isso significa investir em quadros técnicos para atuarem na China, aumentar o conhecimento sobre o país e sua cultura diplomática e investir na infraestrutura e qualidade das representações brasileiras naquele país.



QUESTÃO 4

Em sua Diretriz número 6, a Estratégia Nacional de Defesa estabelece que "o Brasil tem compromisso — decorrente da Constituição Federal e da adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares — com o uso estritamente pacífico da energia nuclear. Entretanto, afirma a necessidade estratégica de desenvolver e dominar essa tecnologia".

À luz dessa diretriz, comente a política externa brasileira com relação à questão nuclear. Justifique sua resposta do ponto de vista político, econômico e estratégico.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

LAURA BERDINE SANTOS DELAMONICA (17/20)

O desenvolvimento brasileiro relaciona-se diretamente com o processo de inovação, no qual estão inseridos os esforços em prol da consolidação do conhecimento acerca da energia nuclear. Nesse sentido, o domínio do processo de enriquecimento de urânio e o uso pacífico da energia nuclear estão a reboque da estratégia de desenvolvimento e de defesa nacional, conforme se depreende de uma análise extensiva da Diretriz nº6 da Estratégia Nacional de Defesa. Pautada no tripé do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) – não proliferação, desarmamento e uso pacífico da energia nuclear, a diplomacia brasileira faz uso de argumentos políticos, econômicos e estratégicos na defesa de sua prerrogativa de desenvolver e dominar essa tecnologia, respaldados inclusive pelo Direito Internacional.

O uso pacífico da energia nuclear está expressamente assegurado no artigo 4º do TNP, do qual o Brasil é parte desde 1998, bem como está presente na Constituição Brasileira de 1988. Em termos político-jurídicos, o Brasil está amplamente respaldado no seu intento de dominar a tecnologia nuclear. Além das garantias estabelecidas pelo TNP, o Brasil aponta o Tratado de Tlatelolco (proscrição de armas nucleares na América Latina e no Caribe) como fundamento de sua postura pacifista e voltada ao crescimento nacional sustentável. Além desse engajamento evidente em benefício do uso nuclear pacífico, é mister apontar que o Brasil é duplamente salvaguardado em termos de energia nuclear. Durante a década de 1980, Brasil e Argentina assinaram acordo para cooperação em matéria nuclear, o que evidencia um compromisso inequívoco de ambos com a promoção da paz. Em 1991, criou-se a Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC), mesmo ano em que foi assinado o Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica. No que tange ao âmbito político-jurídico, o Brasil acredita estar suficientemente salvaguardado, uma vez que o país preza pelo respeito ao Direito Internacional e pela coerência e complementaridade de suas ações, o que pode inclusive ser evidenciado pela defesa turco-brasileira do direito iraniano de uso da energia nuclear para fins pacíficos.

Em termos estratégicos, o argumento brasileiro respalda-se na busca de segurança energética, bem como no destaque conferido à autonomia brasileira em razão de suas reservas de urânio (sexta maior reserva do mundo, até o momento). O argumento defendido pela diplomacia pátria está em consonância inclusive com as demandas das Forças Armadas, que veem na energia nuclear uma questão soberanista e geopolítica. Apesar de alguns críticos afirmarem que a energia nuclear seria usada em tempos de conflito armado, essa compreensão superficial e equivocada pode ser afastada quando se nota a modernização das Forças Armadas, com base em elementos nucleares, a exemplo da construção do submarino de propulsão nuclear – classe Scorpène – em parceria com a



França. A questão energética, que também está presente nas preocupações militares, ficou evidente com a instabilidade energética vivenciada pelo Brasil no início dos anos 2000, por isso o país buscou, posteriormente, diversificar seus investimentos em diferentes fontes de energia, inclusive a nuclear, com destaque para a proposta de construção de Angra III.

A esfera econômica apresenta uma ligação bastante evidente com os princípios da diplomacia nacional, dentre os quais estão a diversificação de parcerias, a promoção do desenvolvimento competitivo do país e o desenvolvimento sustentável tanto em termos econômicos quanto sociais e ambientais. Nesse sentido, é importante destacar que a energia nuclear pode ser usada para fins medicinais (medicina nuclear), o que contribuiria para o desenvolvimento social do país e diminuiria a dependência externa em relação à importação de medicamentos, bem como reduziria a vulnerabilidade do país às oscilações dos preços internacionais. O comércio de materiais nucleares, por sua vez, tem respaldo internacional, visto que o Brasil integra o Grupo de Supridores Nucleares e se mostra engajado na defesa das diretrizes estabelecidas pelo grupo. Adicionalmente, as parcerias nucleares são vistas pelo país como uma forma de diversificar parcerias e de aprofundar relações com países tradicionais, como França e Alemanha.

Após o incidente nuclear de Fukushima, no Japão, muitos países passaram a repensar seus programas nucleares, especialmente os direcionados à geração de energia. Nessa esteira, o Brasil buscou ressaltar a necessidade de aumentar a segurança e o monitoramento dessas instalações, mas continuou a ver a questão nuclear como uma temática essencial que, apesar de trazer consigo riscos, é fundamental para a promoção do desenvolvimento e para a segurança energética e econômica de países soberanos e pacíficos.

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 400 a 450 palavras (valor 50 pontos).

Será apenas a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

INGLÊS (Primeira e Terceira Fases): **Primeira Fase:** 1 Compreensão de textos escritos em língua inglesa. 2 Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos. **Terceira Fase:** 1 Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e



desenvolvimento de ideias. 2 Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical. 3 Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical. 4 Resumo: capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto.

Orientação para estudo

1. Tradução - Translation, Part A (20 pontos)

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2. Versão - Translation, Part B (15 pontos)

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. Resumo - Summary (15 pontos)

O candidato deve apresentar capacidade de reelaborar, de forma concisa e coerente, o texto proposto. São critérios de avaliação a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão do texto, além naturalmente da correção e propriedade no uso da língua inglesa.

4. Redação - Composition (50 pontos)

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 50 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito “correção gramatical” implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

- a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
- b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
- c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.



Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Prova de 2012

TRANSLATION

(Total: 35 marks)

PART A (20 marks)

Translate into Portuguese the following excerpt adapted from Isabel Hilton's review of *The Opium Wars* by Julia Lovell, published in *The Guardian* on 1 September 2011.

The Opium Wars were an inglorious episode on both sides. They were triggered by an upstart imperial power being snubbed and rebuffed in its quest for trade: there was nothing, the Chinese loftily told the British emissaries, which China needed or wanted from the West — not their goods, not their ideas, and definitely not their company.

In March 1839, Canton commissioner Lin Zexu, hot from arresting 1,600 opium smokers and confiscating a full 14 tonnes of the narcotic, ordered foreign merchants to hand over their stocks and undertake to bring no more. The British agreed to relinquish over 20,000 chests of premium Bengal-grown opium, assuring merchants all the while that the crown would make good their losses, thus transforming the dispute into an affair of state. Lin reported to Emperor Daoguang that matters had been satisfactorily concluded. Months later, somewhat to his amazement, the British gunboats arrived.

A motley cast of characters played their part in the ensuing tragicomedy: bungling officials, rogue merchants, unscrupulous politicians, muscular military imperialists and the dithering, bewildered emperor.

Internet: <www.guardian.co.uk> (adapted).



JOSE CARLOS SILVESTRE FERNANDES (17/20)

As Guerras do Ópio foram um episódio inglório para ambos os lados. Elas foram engatilhadas quando uma potência imperial ascendente foi esnobada e rejeitada em sua busca por comércio: não havia nada, os chineses disseram arrogantemente aos emissários britânicos, que a China quisesse ou de que precisasse do Ocidente – nem suas mercadorias, nem suas ideias e, definitivamente, nem sua companhia.

Em março de 1839, o comissário cantonês Lin Zaxu, incensado ao prender 1600 fumantes de ópio e confiscar nada menos que 14 toneladas do narcótico, ordenou a mercadores estrangeiros que entregassem seus estoques e tratassem de não trazer mais. Os britânicos concordaram em ceder mais de 20.000 baús de ópio cultivado em Bengala da melhor qualidade, garantindo aos mercadores nesse ínterim que a coroa compensaria suas perdas, transformando a disputa, assim, em um assunto de Estado. Lin reportou ao Imperador Daoguang que as questões haviam sido concluídas satisfatoriamente. Meses depois, um tanto para sua surpresa, as canhoneiras britânicas chegaram.

Uma trupe variegada de personagens fez seus papéis na tragicomédia que se seguiu: oficiais atrapalhados, mercadores fora-da-lei, políticos inescrupulosos, militares imperialistas musculosos e o vacilante, abismado imperador.

PART B (15 marks)

Translate into English the following excerpt adapted from Maurício Carvalho Lyrio's study "A ascensão da China como potência".

Historiadores e sinólogos convergem na avaliação de que a civilização chinesa impressiona não apenas por sua longevidade, mas também e principalmente por sua grandeza econômica e política ao longo de boa parte da história, quando comparada a outras civilizações antigas e modernas.

Francis Bacon observou que o mundo seiscentista se recriava pela pólvora, pela prensa e pelo ímã. Omitiu o fato, no entanto, de que todos os três foram descobertos séculos antes na China.

Malgrado seu status de economia mais pujante do mundo ao longo de três milênios, em 1829, já se vislumbravam os primeiros indícios da queda abrupta que apequenaria a economia chinesa diante das rivais europeias no século seguinte. Passadas sucessivas décadas de declínio relativo, a produção industrial chinesa era, nos anos 1930, menor do que a da Bélgica. Já sua produção de aparelhos e equipamentos não ultrapassava a de um estado do meio-oeste norte-americano.

M. C. Lyrio. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010, p. 16-8.



IGOR DA MOTA MAGALHÃES CARNEIRO (11/15)

Historians and sinologists converge on the assessment that the Chinese civilization is impressive not only due to its longevity, but also and mainly due to its economic and political might during a great part of History, when compared to other ancient and modern civilizations.

Francis Bacon noted that the world in the 1600s was recreated through the gun powder, the press and the magnet. However, he omitted the fact that all three objects had been discovered in China centuries before.

Despite its status as the most dynamic economy of the world during three thousand years, in 1829, one could notice the first signs of the sudden fall that would make the Chinese economy less relevant in relation to the economies of its European rivals in the following century. After decades of continuous relative decrease, the Chinese industrial output was, in the 1930s, less than that of Belgium. As for its production of machinery and equipment, it did not surpass that of a mid-west North American state.

SUMMARY (Total: 15 marks)

Write a summary, in your own words, of the following excerpt adapted from Michael Glosny's 2010 **Polity** paper "China and the BRICs". (**Length: no more than 200 words**)

Despite fundamental differences between the four countries and structural constraints of unipolarity that might have kept them from cooperating, the BRICs have surpassed most expectations in recent years in forming a nascent political grouping. On the foundation of other meetings between newly emerging powers, most importantly the trilateral Russia-India-China (RIC) arrangement, the BRIC foreign ministers began meeting in 2006. BRIC cooperation expanded to include two finance ministers' summits, meetings of leaders, and a stand-alone BRIC leaders' summit in June 2009, which produced a joint communiqué. Russia and Brazil have been the driving forces responsible for transforming the BRICs from an abstract financial concept into a genuine political grouping. However, the Chinese have also agreed to participate and cooperate. In a lengthy interview on the BRICs on the eve of the summit, Director-General Wu Hailong of the International Department at the Ministry of Foreign Affairs described the BRIC grouping as an "evolution from a hypothetical into a realistic platform for international cooperation."

As the world's second largest economy, a nuclear weapons state, a permanent member of the U.N. Security Council, the largest holder of foreign exchange reserves, and a rising power whose influence is spreading across the globe, China has already been acknowledged as a superpower by the rest of the world. Having China as a partner has helped raise the profile of the other three BRICs partners, but China itself is less reliant on this association. However



logical this cooperation may be, it is also costly and risky. As Chinese leaders' time is limited and valuable, participation in meetings has an opportunity cost. Moreover, China also risks being perceived as participating in a political bloc designed to challenge and undermine the U.S. and the western liberal order.

For China, cooperation with the BRICs has occurred under the structural constraints of unipolarity, which provide it with an incentive to cooperate with the U.S. and ensure its behavior is not seen as a threat to which the hyper-sensitive hegemon might feel prompted to respond. However, China has benefited from its cooperation with the BRICs in significant ways. Looking forward, one of the major challenges for China in its engagement with the BRICs is how to maximize its benefits from cooperation while doing its utmost to make sure the U.S. does not perceive its cooperation with the BRICs as a threat. Zhao Gancheng, a researcher at the Shanghai Institute of International Studies, perfectly captures this dilemma in his analysis of BRIC cooperation. He argues that "[China's] objective is through cooperation, to strengthen its position in the international system, but concomitantly to endeavor not to challenge the U.S. in a confrontational mode." China does not see its cooperation with the BRICs as part of an anti-U.S. hard balancing coalition. Were anyone to attempt to move the BRICs in that direction, China would oppose the move, as would other member states. Despite the significance of BRIC cooperation, fundamental differences among the BRICs, the continued relevance of the U.S., and intra-BRIC competition and rivalry seriously limit the extent to which further BRIC cooperation can go. Looking to the future, as the U.S. declines and the BRICs continue to rise, it is very possible that intra-BRIC competition and rivalry will become fierce, further curbing cooperation among the member states.

U.S. policy is an important factor that could potentially overcome such limitations and push the BRICs toward more far-reaching cooperation. If the U.S. views limited BRIC cooperation as an anti-U.S. bloc and so adopts a more hostile policy towards this "alliance," it may drive these countries closer together and thus create a self-fulfilling prophecy. Moreover, were the U.S. and other western countries to spurn BRIC demands for limited changes in the international order, the BRICs might well become disillusioned, see themselves as forced to mount a sweeping challenge, and seek to replace it with an order more suited to their interests. Thus far, this scenario seems unlikely. Western countries have started to show themselves to be more receptive to the idea of reforming the order and accommodating some of the BRIC demands. Although negotiation on reforming the international order is likely to be a drawn-out and difficult process, the willingness of western countries to entertain BRIC proposals should enhance the BRICs' satisfaction with the international order, and so make them more likely to act as "responsible stakeholders." That would put paid to the prospect of them challenging the status quo.

Looking ahead, China's power will likely provide a challenge to BRIC cooperation and the BRICs as a grouping. Although the other three powers have



garnered prestige by their association with the rising Chinese juggernaut, analysts have begun to suggest that China's overwhelming power relative to the other three will eventually undermine the BRICs as a coherent grouping. For instance, recent unofficial calls for a Sino-American G2 designed to address global challenges and manage the global order suggest China is no longer an emerging power or a developing country. However much this may raise concern for BRIC coherence, China is already much more powerful than the other BRICs by most measures. Moreover, its advantages have not hobbled the positive momentum of BRIC cooperation. Besides, although foreign analysts may call for a G2, Premier Wen Jiabao and most Chinese experts have criticized the concept as inappropriate and unworkable, arguing that China is too weak to shoulder such responsibility whilst recognizing that endorsing the idea would harm China's diplomacy, isolating it from the developing world. In fact, rather than being eager to be seen as part of a G2 leading and managing the world, China's leaders are more than glad to continue to keep a relatively low profile as a developing country, to cooperate with other emerging powers, and to benefit from this cooperation, all the while studiously avoiding being seen as standing up to the United States.

Michael A. Glosny. **China and the BRICs: a real (but limited) partnership in a unipolar world.**
In: Polity, v. 42, n.º 1, January 2010, 100-29.
 Internet: <www.palgrave-journals.com>
 (adapted).

RENATA NEGRELLY NOGUEIRA (14/15)

Exceeding expectations, the BRICs has evolved from an abstract concept into a political group, mostly thanks to Brazilian and Russian efforts. However, China also acknowledges its importance as a means for international cooperation.

China's economic, military and political clout characterizes it as a superpower. Whereas this is advantageous for its BRIC partners, it is a risk for China. Considering the structural constraints of unipolarity, China's challenge is to keep profiting from the BRICs to reinforce its international position and, concomitantly, to avoid confronting the United States.

BRIC cooperation is limited by differences between its members, the US relevant international role and intra-group competition – which may intensify if the US declines. Conversely, if the US adopts an hostile policy towards the group, this would foster cooperation in the bloc. Western countries have recently shown interest in accepting BRICs demands for change in the international order lest the bloc feels forced to radicalize its stance.

Analysts suggest that China's power will undermine the BRICs, and call for a Chinese-American alliance. Chinese disparage this possibility for they want to keep cooperating with developing countries, while avoiding competition with the US.



COMPOSITION

(Total: 50 marks)

In the joint declaration at the conclusion of the 4th BRICS Summit, the leaders of Brazil, Russia, India, China and South Africa vowed to enhance mutual cooperation and contribute to world development and prosperity. The summit has come at a crucial moment, as the global economic recovery is still dragging its feet, entangled by fragile financial systems, high public and private debt, high unemployment and the rising price of oil. Pressing issues, such as climate change, food security and energy security also pose grave challenges. "BRICS cooperation now stands at a new starting point," declared President Hu Jintao, adding that the five emerging economies need to build on current cooperation and blaze new trails so as to inject vitality into their mechanism and so usher in a more just, fair and reasonable international political and economic order.

China Daily, 30th March 2012.
 Internet: <www.chinadaily.com>
 (adapted).

Taking due account of the text above and of China's strategic objectives, comment on how its participation in the BRICS might fit into this framework

(Length: 400-450 words)

RAFAEL SANTOS GORLA (44.5/50)

While many Western countries still look hopeless trying to wade out of the economic morass into which they began to sink after the 2008 world crisis, the BRICS further their cooperation in order to address the most pressing issues today. Among them, China stands out as the most important emerging power of our times. Due to its singularity, it has three strategic objectives, which may benefit from BRICS cooperation: to achieve the appropriate level of development, necessary to grant its huge population a dignified life; to protect its territory against separatism; to make sure its ascend as a global superpower will be peaceful, i.e., that it will not entail confrontation with the US.

China is an ancient civilization, an Asian colossus, with a rich 5000-years history and a huge population. During most of its history, China has been an empire, but in the nineteenth century it fell prey to widespread corruption, internally, and was subjected to dreadful onslaughts by Western imperialism. As a result, its population has suffered severe hardship since then and only recently has China managed to begin its recovery. However, even today most part of the Chinese population still fights poverty and its under-development remains a cause for concern. Given that, China perceives the BRICS as a paramount forum, by means of which global economic governance may be reformed, so as to help, or at least not to hinder (as Araújo Castro would say) the development of the emerging powers and the rest of the Southern countries.



Moreover, cooperation with the BRICS may also be of the utmost importance for China with respect to its territorial integrity. Throughout its history, and even today, Chinese leaders have always been cautious to prevent separatism from gaining momentum. Within the BRICS, China is able to establish closer links with two of its neighbors, India and Russia, thus neutralizing possible reasons for border issues, or being more capable of addressing them, were problems to emerge.

Furthermore, it can be said that Chinese culture is embedded in a notion of harmony. It does not want its inevitable rise as a superpower to be perceived as a threat by the “hyper-sensitive hegemon”, as Michael Glosny describes the US. China wants to emerge in a harmonious and peaceful way. Considering the jittery conditions of current international relations, the best way to avoid an aggressive North American reaction is to become closer to countries such as Brazil and India, which are commonly considered by the Western superpower as non-confrontational.

Given that there is no fundamental contradiction between China’s objectives and those of the other BRICS partners, it is reasonable to expect that China will continue to cooperate within the BRICS framework, in order to achieve its goals with respect to development, territorial integrity and peaceful coexistence with the US.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

NOÇÕES DE ECONOMIA (Primeira e Terceira Fases): 1. Microeconomia. 1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio. 2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos: estrutura e interpretação dos resultados dos diferentes componentes do Balanço. Medidas da atividade econômica. Conceitos e cálculo do *deficit* público. 2.2. Determinação da renda, do produto e dos preços. Oferta e demanda agregadas. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo. Exportação e importação. Objetivos e instrumentos de política fiscal. 2.3. Teoria monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Moeda e preços no longo prazo. Sistema bancário e intermediação financeira no Brasil. 2.4. Emprego e renda. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Distribuição de renda no Brasil. 3. Economia internacional. 3.1. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico. 3.2. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca. 3.3. Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. A relação câmbio-juros. 3.4. Comércio internacional. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Principais características do comércio internacional ao longo das décadas. Sistema multilateral de comércio: origem e evolução. As rodadas negociadoras do GATT. A Rodada Uruguai. A Rodada Doha. 3.5. Política comercial



brasileira. Negociações comerciais regionais. Integração econômica na América do Sul. Protecionismo e liberalização. 3.6. Sistema financeiro internacional. Padrão-ouro. Padrão dólar-ouro. Fim da conversibilidade. Crises econômico-financeiras nos últimos 20 anos. Governança internacional e os novos atores estatais e não-estatais. Características dos fluxos financeiros internacionais. 4. História econômica brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira. 4.2. Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café. 4.3. A crise de 1929 e as décadas de trinta e quarenta. Industrialização restringida. Substituição de importações. 4.4. A década dos cinquenta. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. O período do milagre econômico (1968-1973) e o segundo PND. 4.7. Os anos oitenta. Crise da dívida. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. 5. Economia Brasileira. 5.1. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. A estabilidade econômica. 5.2. A economia brasileira na última década. Avanços e desafios. 5.3. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil. A visão de Celso Furtado.

Prova de 2012

QUESTÃO 1

A conclusão de acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia contribuirá para a ampliação do comércio entre as duas regiões. Como presidente pro tempore do MERCOSUL, no próximo semestre, o Brasil se empenhará nessas negociações.

Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião com o Primeiro-Ministro da Finlândia, Jyrki Katainen. Brasília, 14 de fevereiro de 2012 (com adaptações).

(O Relatório Anual desse ano faz uma nova e profunda análise sobre acordos de preferência comercial). A escolha desse tópico reflete duas tendências significativas nas relações comerciais internacionais, ambas carregando extensas implicações para o sistema multilateral de comércio. A primeira e mais evidente delas é a contínua expansão e a crescente proeminência de acordos preferenciais de comércio. Ao longo das duas últimas décadas, o número desses acordos cresceu mais de quatro vezes, para cerca de 300 atualmente. Não há razão alguma para crer que esse crescimento cessará ou que esses acordos não continuarão a formar parte do tecido das relações comerciais internacionais no longo prazo. A segunda tendência é a de evolução e aprofundamento do conteúdo desses acordos preferenciais, que refletem importantes mudanças na economia mundial. Isso também levanta questões vitais sobre o foco e o alcance da OMC, e sobre o valor conferido pelos Governos a relações comerciais baseadas na arquitetura global.

Prefácio do Diretor da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy. **Relatório Anual de 2011**. A OMC e os acordos preferenciais de comércio: da coexistência à coerência, página 3 (tradução livre).



Com base nos excertos acima, atenda ao que se pede a seguir.

- a) Discorra sobre a natureza do sistema multilateral de comércio e dos acordos de preferências comerciais. Em sua resposta, não deixe de analisar a relação entre ambos.
- b) Explique os conceitos de criação e desvio de comércio.
- c) Analise os efeitos que a proliferação de acordos de preferências comerciais poderá trazer ao sistema multilateral de comércio.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

LEANDRO PIGNATARI SILVA (29/30)

O sistema multilateral de comércio contemporâneo está assentado nos princípios estabelecidos no GATT47 e incorporados à OMC. O princípio basilar que sustenta todo o sistema é aquele elencado no artigo I do GATT, o princípio da nação mais favorecida. A partir deste ponto, exclui-se a possibilidade de discriminações comerciais, universalizando os benefícios do comércio. Acordos regionais de preferências comerciais, conquanto aparentemente incompatíveis com a ideia central do sistema multilateral de comércio, são aceitos pelo GATT em seu artigo XXIV.

A lógica subjacente a essa disposição é a da maior facilidade de redução de tarifas a partir de pequenos grupos de países do que quando todos estão envolvidos. Considera-se a liberalização do comércio no interior de blocos ou entre países um primeiro e encorajador passo na direção da liberalização universal. Centrais para a compreensão e justificativa desta prática são os conceitos de criação de comércio e desvio de comércio, sendo esta última consequência dos acordos parciais veementemente condenada.

A criação de comércio, vinculada à ideia de regionalismo aberto, refere-se ao processo pelo qual a redução tarifária permite o surgimento de fluxos de comércio previamente inexistentes em razão da produção interna, menos eficiente. O desvio de comércio, por outro lado, surge quando reduções tarifárias tornam produtos menos eficientes mais atrativos em razão do regime aduaneiro. Neste caso, a tarifa torna um produto do país beneficiado pelo acordo mais vantajoso do que aquele de outro país não incorporado ao regime preferencial, mas que produz o bem em questão de forma mais eficiente. Ocorre, assim, um desvio do comércio, do país eficiente para o menos eficiente com vantagem tarifária.

Ao se instituir um sistema multilateral de reduções tarifárias busca-se, precisamente, eliminar os desvios de comércio e permitir a criação de novos fluxos de troca. O sustentáculo de todo o sistema pode ser encontrado na teoria clássica do comércio, inaugurada por David Ricardo. Se cada país produz aquela pauta em que é mais eficiente haverá mais produto globalmente, permitindo a cada país expandir sua riqueza. Desde a queda do muro de Berlim é possível afirmar com serenidade que existe um compartilhamento desta visão positiva do livre comércio. A consagração do princípio do "single undertaking" no âmbito da OMC é, igualmente, emblemática do esforço no combate ao desvio de comércio e às distorções do mercado internacional.

Diante da multiplicidade de regras e regimes existentes sob o GATT47, o chamado "GATT à la carte", decidiu-se, na Rodada Uruguai, pelo princípio do "single undertaking", pelo qual a existência do regime depende da participação de todos. Exclui-se, desta forma, a possibilidade de grandes desvios de comércio e de fragmentação do sistema de comércio internacional. O Brasil, nesse contexto, é forte defensor do multilateralismo, o qual deve ser o mais amplo possível; daí seu afincamento nas negociações da Rodada Doha e o repúdio a soluções setoriais e bilaterais nesse âmbito.



Fiel ao objetivo de criação de comércio, no entanto, o Brasil também se engaja em parcerias multilaterais de menor escopo geográfico, como é o caso do Mercosul e do acordo em negociação entre o bloco e a UE. Não se procura com estas iniciativas, ou com outras como os acordos de preferência tarifária com a Índia e a SACU, desviar o comércio de outros parceiros para aqueles diretamente beneficiados pelos acordos. Tampouco busca-se ampliar as fronteiras do mercado interno protegendo-o da competição internacional. Os acordos compreensivos e abrangentes que o Brasil propugna, imbuídos do espírito do regionalismo aberto, são benéficos à economia global e contribuem para o avanço do sistema multilateral.

De outra natureza e com nefastas consequências são os acordos bilaterais de livre comércio como propostos pelos EUA, por exemplo. Aproveitando a importância de seu mercado para os outros países, os EUA conseguem ampliar a penetração de seus produtos em bases frequentemente assimétricas. Para além dos danos particulares aos países, a disseminação de tal prática enfraquece e fragmenta o sistema multilateral. Tais acordos criam não só múltiplos regimes tarifários ao redor do mundo, mas também retiram o interesse dos envolvidos em negociações multilaterais mais abrangentes como as rodadas da OMC.

Em adição a resultados econômicos presentes aquém do ótimo possível, a proliferação de acordos de preferências tarifárias deste segundo tipo provoca resultados decepcionantes no longo prazo e em âmbito global. Em arenas globais onde persiste, até certa medida, a dicotomia Norte-Sul, a disseminação destes acordos diminuem a sustentação política dos países menos desenvolvidos. No cenário comercial contemporâneo, porém, são os mercados dos países ricos em relação aos produtos dos países mais pobres que necessitam liberalização.

QUESTÃO 2

Na esfera das relações comerciais e financeiras introduzimos ideias inovadoras. Em linha com as manifestações públicas da Senhora Presidenta da República, o Brasil ajudou a trazer para a Organização Mundial do Comércio a questão dos efeitos do câmbio sobre o comércio. Após vencermos resistências de todo tipo, conseguimos abrir caminho para o tratamento desse tema, que passa a ser amplamente reconhecido como atual e relevante.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores na cerimônia do Dia do Diplomata formatura da turma de alunos do Instituto Rio Branco. Brasília, 20 de abril de 2012.

O Brasil propôs um debate sobre a natureza da relação entre taxas de câmbio e comércio internacional. Como mencionado na apresentação anterior, o assunto tem recebido cada vez maior atenção em anos recentes — mesmo que essa relação não seja um tema novo no sistema mundial de comércio — à luz das significativas flutuações relativas do câmbio entre parceiros comerciais.

A relação entre taxas de câmbio e comércio internacional. Proposta brasileira (WT/WGTDF/W/56). Genebra, 26 de setembro de 2011 (com adaptações).

Com base nos excertos acima, atenda ao que se pede a seguir.

- a) Discorra sobre o impacto da variação da taxa de câmbio sobre o comércio no curto prazo.



- b) Analise a relação entre alterações persistentes e acentuadas da taxa de câmbio e o nível de tarifas de importação aplicadas por um país.
- c) Identifique e contextualize, na história econômica brasileira após 1980, um momento em que a taxa de câmbio foi deliberadamente utilizada com fins de promoção de superávit na balança comercial brasileira.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

PEDRO TIE CANDIDO SOUZA(30/30)

No contexto atual, políticas monetárias expansionistas têm levado a desvalorizações cambiais em países com os Estados Unidos, por exemplo. Além disso, países como a China têm mantido um câmbio fixo artificialmente desvalorizado. Diante disso, alguns países emergentes (dentre os quais o Brasil) têm vivenciado um processo de apreciação de suas moedas, o que prejudica a competitividade de suas economias no cenário internacional. A questão do câmbio tem, portanto, impactos significativos para o comércio internacional, aspecto que o Brasil vem destacando em instâncias como a OMC (Organização Mundial do Comércio).

No curto prazo, o principal impacto da variação da taxa de câmbio sobre o comércio diz respeito ao saldo da balança comercial de um país e à competitividade de sua economia no mercado internacional. Nesse sentido, uma moeda nacional desvalorizada aumenta a competitividade de um país, favorecendo, portanto, suas exportações. Além disso, a moeda desvalorizada desincentiva as importações, o que, “ceteris paribus”, tende a aumentar o saldo da balança comercial. Por outro lado, uma moeda nacional relativamente valorizada (como no Brasil) diminui a competitividade de um país, prejudicando suas exportações e favorecendo as importações. Nesse sentido, esses países tendem a ver seu saldo da balança comercial reduzir-se no curto prazo.

À medida que as alterações na taxa de câmbio se tornam mais acentuadas e se prolongam no tempo, os efeitos sobre o comércio tendem a ser mais severos. Esse quadro pode, por exemplo, alterar padrões de comércio nos diversos países, sobretudo naqueles que perdem competitividade em razão do câmbio. Em alguns países, a questão cambial agrava tendências à “reprimarização” de suas exportações e prejudica o desempenho da indústria nacional, que, em razão de uma moeda valorizada, passa a enfrentar maior concorrência de produtos importados.

Tudo mais constante, alterações persistentes e acentuadas da taxa de câmbio tendem a afetar, de maneira significativa, o nível de tarifas de importação aplicadas por um país. Ressalte-se, nesse sentido, que a crise financeira de 2008 e as alterações cambiais que se lhe seguiram em diversos países favoreceram um recrudescimento do protecionismo em escala global. Um país prejudicado por alterações persistentes e acentuadas da taxa de câmbio tende a aumentar o nível de tarifas de importação aplicadas em seu território, com o objetivo de recuperar a competitividade de sua economia. O protecionismo tarifário seria, portanto, uma maneira de lidar com os efeitos prejudiciais das alterações cambiais no curto prazo (tentar ampliar o saldo da balança comercial) e no médio-longo prazos (tentar proteger a indústria nacional e evitar as tendências à reprimarização da economia).

A maxidesvalorização de 1983 exemplifica um momento em que a taxa de câmbio foi deliberadamente utilizada com fins de promoção de superávit na balança comercial brasileira. Vale lembrar que o segundo choque do petróleo (1979) favorecia o aumento da inflação de custos no Brasil e agravava os déficits na balança comercial brasileira (por se tratar de um insumo essencial). Ao contrário do que ocorrera no primeiro choque do petróleo (1973), o cenário que se seguiu ao choque de 1979 não foi caracterizado por ampla liquidez no cenário internacional. O Brasil não pôde, portanto, promover um ajustamento baseado no



endividamento externo (como fizera quando da elaboração do II-PND). Diante disso, entre 1981 e 1983, o governo brasileiro recorreu a uma estratégia de ajuste recessivo, baseada na contração da demanda interna para gerar excedentes exportáveis. A maxidesvalorização de 1983 contextualiza-se nessa estratégia recessiva de ajuste, que logrou superávits na balança comercial em 1985, mas teve altos custos sociais.

Nota-se, portanto, que a conjunta atual de variações cambiais tem impactos sobre o comércio no curto prazo. Além disso, alterações persistentes e acentuadas da taxa de câmbio também afetam o nível de tarifas de importação aplicadas por um país, favorecendo o recrudescimento do protecionismo.

QUESTÃO 3

Em capítulo de seu *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado critica as interpretações que enfatizam a ausência de uma política governamental protecionista como causa do atraso relativo, na primeira metade do século XIX, da industrialização brasileira em relação à dos Estados Unidos:

"As observações anteriores põem em evidência as dificuldades criadas indiretamente, ou agravadas, pelas limitações impostas ao governo brasileiro nos acordos comerciais com a Inglaterra firmados entre 1810 e 1827. Sem embargo, não parece ter fundamento a crítica corrente que se faz a esses acordos, segundo a qual eles impossibilitaram a industrialização do Brasil nessa etapa, retirando das mãos do governo o instrumento do protecionismo.

Observando atentamente o que ocorreu na época, comprova-se que a economia brasileira atravessou uma fase de fortes desequilíbrios (...). Se se houvesse adotado, desde o começo, uma tarifa geral de 50% ad valorem, possivelmente o efeito protecionista não tivesse sido tão grande como resultou ser com a desvalorização da moeda".

Celso Furtado. *Confronto com o Desenvolvimento dos Estados Unidos*, cap. XVIII. In: *Formação Econômica do Brasil*.

Com base nas teses de Celso Furtado, disserte sobre outros fatores responsáveis pelo relativo atraso brasileiro.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUSA (20/20)

*Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, compara o desempenho econômico do Brasil e dos Estados Unidos e conclui que as causas da industrialização dos EUA não estavam somente relacionadas ao protecionismo tarifário. Pelo contrário, o autor evidencia o papel de Alexander Hamilton nos EUA como um facilitador da industrialização em razão de fatores estruturais.*

A economia brasileira na primeira metade do século XIX era fundamentalmente agrária, com base no trabalho escravo e com centro dinâmico na exportação. Assim, crescimento econômico adviria fundamentalmente de aumentos de fluxos comerciais. A situação brasileira não era muito favorável, pois o ciclo do ouro já terminara, os preços do açúcar estavam em queda, decorrente do plantio da beterraba na Europa, assim como o algodão. O café, apesar da rápida expansão pelo Vale do Paraíba, não ganhou proeminência senão após a década de 1830.



Nesse sentido, não havia condições para o acúmulo de capitais necessários para a industrialização do país. Para Furtado, o mercado interno é o responsável por garantir sustentação à indústria. No caso dos EUA, o comércio triangular entre os EUA, as Antilhas e a África produziam condições para a fabricação de rum e de uma indústria mercante. Essa acumulação de capital revertia-se, em parte, em pagamentos de salários aos empregados, que eram responsáveis por constituir um mercado interno que favorecesse a demanda por produtos industrializados.

Situação diversa ocorria no Brasil. O país era relativamente atrasado, pois não tinha uma produção com base assalariada, o que impedia um mercado consumidor, fundamental para o aparecimento da indústria. Ademais, o país estava desprovido de acúmulo de capitais, em decorrência dos baixos preços dos produtos exportáveis e do crescente déficit público com o processo de independência e com as lutas regenciais. Além disso, o Brasil não tinha uma fonte de tecnologia para garantir a implementação de uma indústria, ao contrário dos EUA, que tinham na imigração fonte para a progressiva industrialização.

Nesse sentido, o autor propõe que uma reversão da política de livre cambismo, consolidada, em grande medida, com a Lei Bernardo Pereira de Vasconcelos (1828), que estendeu os benefícios tarifários concedidos à Inglaterra a outros países nos moldes da Nação Mais Favorecida, não garantiria a industrialização brasileira. Uma tarifa desse tipo tenderia a financiar os decorrentes gastos do governo sem nenhum tipo de benefício para a constituição de um mercado interno.

Já uma desvalorização da moeda traria melhores benefícios, embora também limitados. Com esse tipo de medida, o preço internacional dos produtos exportáveis expresso em mil-réis aumenta, contribuindo para o aumento do lucro dos fazendeiros, possibilitando, de maneira limitada, um acúmulo de capital, o qual seria uma das condições necessárias para a implementação da indústria no país. Entretanto, o deslocamento do centro dinâmico do setor exportador para o mercado interno somente irá ocorrer na década de 1930, ou seja, quase um século depois do período em tela. A Abolição da Escravatura (1888) proporcionará o incremento progressivo do trabalho assalariado 50 anos após o período, o que explica os fatores de relativo atraso brasileiro.

QUESTÃO 4

Segundo dados do IBGE e estudos de A. C. Pastore, M. C. Pinotti e T. A. Pagano, de 1994 a 2010 a taxa média de poupança doméstica foi de 18,3% do PIB, comparativamente com a de 24,1% verificada entre 1970 e 1993. Explique os principais fatores que levaram a essa mudança na taxa de poupança doméstica brasileira, considerando, por exemplo, os condicionantes da poupança, a estrutura previdenciária, o crescimento da economia, o desempenho das contas públicas, a cultura inflacionária e a incerteza econômica.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

JOHN MONTEIRO MIDDLETON (19/20)

A taxa de poupança de uma economia é um indicador absolutamente fundamental em relação à capacidade de crescimento de longo prazo, haja vista que ela se relaciona de modo direto com a taxa de investimentos ($S = I$), e é a taxa de investimentos que pode afetar as condicionantes de longo prazo capazes de deslocar a oferta agregada. A



poupança canalizada para investimentos aumenta os estoques de capital físico (bens e equipamentos), capital humano (qualificação dos trabalhadores) e o grau tecnológico de uma economia, portanto, incide diretamente sobre a produtividade da mesma.

Primeiramente, cabe breve explanação sobre a composição da poupança nacional, que pode ser representada pela equação $S = S_p + S_g + S_{ext}$, ou seja, poupança das empresas e famílias (S_p), poupança do governo (S_g) e poupança externa (S_{ext}).

Como é normal em economias em desenvolvimento, o Brasil é um país importador de poupança, haja vista seu déficit em transações correntes ($S_{ext} = - S_{tc}$). Importar poupança não é, per se, um problema, desde que se atente para o fato de que essa poupança pode tornar-se volátil em virtude de dinâmicas da economia internacional. Estima-se que cerca de 2,5% da poupança brasileira seja importada, nível considerado satisfatório.

No que concerne à poupança de famílias e empresas, essas respondem a algumas variáveis. No caso das famílias, pode-se afirmar que a estrutura previdenciária brasileira, apesar de seus inúmeros problemas, constitui um desestímulo à poupança, pois confere algum grau de proteção aos agentes, desestimulando a transferência de poder de compra para o futuro. O recente crescimento econômico brasileiro, de modo parcialmente inédito, incluiu ganho real de renda para as camadas mais pobres da população. Nesses segmentos, prevalece a propensão marginal ao consumo, na medida em que as pessoas querem acesso mais imediatista a alimentos, serviços e bens dos quais eram privados anteriormente, fato que contribui para a queda da taxa de poupança nacional. Quanto às empresas, suas decisões de poupança e investimento se relacionam diretamente com expectativas de retorno e o estado futuro da atividade econômica.

O governo é parte absolutamente essencial da composição da taxa de poupança, pois ele é ofertante, mas, se opera com déficit fiscal, demandará recursos no mercado de fundos emprestáveis, podendo causar elevação dos juros e crowding out dos investidores. Desde a gestão Armínio Fraga, o Governo brasileiro pauta-se por uma política de manutenção de superávit primário como um de seus pilares macroeconômicos (ao lado das metas de inflação e do câmbio flutuante).

A cultura inflacionária engendrada ao longo de décadas na economia brasileira também desestimula a poupança, na medida em que a inflação corrói os retornos a serem auferidos. Embora a inflação esteja sob controle há mais de uma década, essa cultura inflacionária ainda permeia o comportamento dos agentes.

Estima-se que para que o Brasil possa manter uma trajetória estável de crescimento do PIB da ordem de 4% a 5%, a taxa de poupança nacional terá de voltar aos índices observados entre 1970 e 1993, ou seja, aproximadamente 25%. A título de comparação, a taxa de poupança nacional chinesa supera os 40% do PIB.



NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

Programa (1ª e 3ª Fases)

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (Primeira e Terceira Fases): **I -Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.** 1 Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia. 2 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3 Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4 Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5 Organização dos poderes no direito brasileiro. 6 Processo legislativo brasileiro. 7 Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8 Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9 Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. **II - Direito internacional público.** 1 Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2 Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (jus cogens). 3 Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 4 Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5 Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6 Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Europeia (gênese,



estrutura institucional, solução de controvérsias). 7 Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8 Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Prova de 2012

QUESTÃO 1

Conhecido internacionalista afirma que "(...) a rationale do direito do comércio internacional não tem nada a ver com soberania. O direito do comércio internacional não repousa sobre o pressuposto central do direito internacional de que o mundo é composto de Estados-Nações soberanos, cada qual cercado de fronteiras territoriais dentro das quais exerce autoridade plena. O direito do comércio internacional funda-se no valor fundamental da especialização e do bem-estar econômico que resulta da especialização e das trocas. O direito do comércio internacional (...) se preocupa com a remoção dos empecilhos que a soberania coloca no caminho do comércio através das fronteiras. Em um sentido, o direito do comércio internacional consiste na irrelevância da soberania dos Estados."

Donald McRae. **The contribution of international trade law to the development of international law.** In: Hague Recueil, 1996, p. 117 e 123.

Recentemente, na OMC, certo país foi condenado pela imposição de restrições às exportações de matérias-primas e novo caso foi aberto em março de 2012 sobre restrições às exportações de terras raras. À luz da citação acima e levando em conta a posição do Brasil como país importador e exportador de matérias-primas, e tendo em mente ainda que muitas das regras aplicáveis ao assunto no campo do direito internacional do comércio derivam do texto original do GATT de 1947, comente como se poderia enquadrar de modo satisfatório no direito internacional contemporâneo o conflito entre soberania sobre recursos naturais e livre comércio.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

RENATA NEGRELLY NOGUEIRA (25/30)

A recente condenação da China na OMC, por imposição de restrições às exportações de matérias-primas, faz emergir a questão sobre a relação entre soberania e sistema multilateral de comércio. Nesse âmbito, três pontos devem ser abordados, que dirimem a aparente oposição nesta relação: primeiro, a participação na OMC é voluntária; segundo, o livre-comércio é percebido como vantagem para todos os participantes, no contexto atual; terceiro, as próprias regras da OMC prevêem situações em que é legítimo proteger recursos naturais internos.

A ideia de soberania envolve, necessariamente, o controle sobre um território que é regido por um sistema jurídico único. Nesse território incluem-se a superfície, o espaço



aéreo, o subsolo e 12 milhas de ar territorial. O Estado detém o direito de definir como os recursos presentes nesse território serão explorados.

As normas do comércio internacional não contrariam essa soberania porque sua aplicação depende da acessão voluntária do Estado à OMC. Trata-se de decisão soberana e discricionária, por meio da qual o Estado pleiteia tornar-se membro, e esse pleito é aceito por votação pelos demais membros (que podem não ser Estados, inclusive). A China decidiu entrar na OMC (assim como a Rússia, recentemente) por reconhecer nesse sistema jurídico vantagens ao seu interesse soberano, e não desvantagens. Cumpre destacar que a economia chinesa é altamente dependente do setor externo, que constitui quase 50% de seu PIB; logo, a abertura dos demais países ao comércio chinês é uma benesse proporcionada pela participação na OMC.

De fato, o sistema multilateral de comércio surgiu, por meio do GATT 47, com base em duas ideias: a de que o maior contato comercial favoreceria a recuperação econômica no pós-Segunda Guerra, e a de que o comércio aproxima as nações, contribuindo para a estabilidade internacional. Surgiu, assim, um regime especial, conjunto de normas primárias e secundárias especificamente voltadas para o objetivo de promover o livre-comércio, mediante regras que conferissem ao sistema transparência e previsibilidade.

Constata-se, dessa maneira, que o regime jurídico da OMC constitui exemplo de direito de cooperação, em que sujeitos de Direito Internacional voluntariamente se unem para a consecução de interesses comuns. Em um contexto de crescente globalização e interdependência, a partir da segunda metade do século XX, os Estados perceberam que o isolamento econômico seria prejudicial a seu desenvolvimento. Portanto, submetem-se a princípios basilares do comércio internacional – tais como “tratamento nacional” e “nação mais favorecida” – que parecem prejudicar a soberania nacional, mas, na verdade, reforçam os benefícios para todas as partes, mediante as vantagens da especialização que o livre-comércio acarreta, com conseqüente aumento do bem-estar econômico global.

Nesse âmbito inserem-se normas que impedem que os membros da OMC restrinjam suas exportações. Considerando a distribuição desigual de riquezas naturais no mundo, essa restrição prejudicaria o bem-estar geral. A China, por exemplo, concentra a maior parte das terras raras do planeta, matéria-prima essencial para produtos de alta tecnologia. Entretanto, as próprias regras da OMC regem que a restrição às exportações é possível e legal, em caso de risco de desabastecimento interno. A China alegou isso ao se defender das acusações, mas tal posição não foi aceita porque, segundo as regras da OMC, essa restrição só é legítima quando temporária – e a China vinha renovando as restrições continuamente.

Nesse contexto, o Brasil, como grande importador e exportador de matérias-primas, articula-se em duas frentes face ao ordenamento jurídico internacional. Por um lado, o país pleiteou e obteve internacionalmente o direito de estender a área legal de sua plataforma continental, permitindo-lhe privilégios na exploração de recursos minerais e petrolíferos. Por outro lado, o país tem atuação intensa no sistema de solução de controvérsias da OMC – com participação em mais de cem casos, é o país em desenvolvimento mais ativo. Isso lhe permite contribuir na interpretação dos tratados e na definição dos termos, por meio da formação de jurisprudência do Órgão de Apelação da OMC, tentando garantir visões que favoreçam o interesse do país.

A soberania permanecerá elemento vital enquanto forem os Estados os principais atores da sociedade internacional. Contudo, no contexto do direito cooperativo, é inegável que o direito da OMC contribui para a evolução do DI no sentido de beneficiar os interesses nacionais mas, também, o atendimento do bem-estar coletivo.



QUESTÃO 2

Há vinte anos, juiz da Corte Internacional de Justiça externou as seguintes inquietações:

"A questão ora levantada pela recusa da Líbia em reconhecer a validade da Resolução 748 (1992) diz respeito à hipótese de que uma decisão do Conselho de Segurança possa sobrepor-se aos direitos dos Estados e, em caso afirmativo, se existem limites ao poder do Conselho de caracterizar determinada situação como uma que justifique a produção de decisão que acarrete tais consequências. Há limites ao poder de apreciação do Conselho? No equilíbrio de forças que suporta a estrutura das Nações Unidas na ordem internacional, há algum ponto concebível a partir do qual uma questão jurídica pode ser suscitada quanto à competência do Conselho de Segurança para produzir tais resultados? Caso haja limites, quais são eles e que órgão, senão o Conselho de Segurança, é competente para dizer quais são esses limites?"

Mohamed Shahabuddeen, voto separado, medidas cautelares, caso relativo às questões de interpretação e aplicação da Convenção de Montreal de 1971 resultante do incidente aéreo de Lockerbie. Líbia v. Estados Unidos da América. Decisão de 14 de abril de 1992 (tradução livre).

Responda às indagações do magistrado guianense.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

RAFAEL SANTOS GORLA (30/30)

As indagações de Mohamed Shahabuddeen na decisão do caso Lockerbie suscitam uma série de questionamentos que têm como pano de fundo o debate mesmo acerca da natureza do atual direito internacional. São questionamentos que opõem concepções voluntaristas a concepções objetivistas, que indagam acerca do eventual processo de constitucionalização do direito internacional e que põem em evidência a estrutura institucional da ONU e como ela há de operar em face de casos (como Lockerbie) que evidenciam, na prática, esses embates de diferentes racionalidades jurídicas.

Sabe-se que a estrutura do direito internacional é anárquica, de modo que os Estados coordenam-se horizontalmente, sem que haja surgimento de ente superior que ponha os Estados em relação de subordinação. Na concepção voluntarista, cada Estado apenas se obriga por sua vontade e, da conjugação das declarações de vontade estatal, criam-se as normas que regulam as interações entre os Estados. Pode-se dizer que, segundo Martti Koskenniemi, essa forma de conceber o direito internacional é fruto de um espírito de civilidade dezenovesco, nutrido por juristas cômicos das soberanias estatais e que criam num movimento evolutivo do DIP, caracterizado por regras de coexistência essencialmente formalistas. A atuação desses operadores do direito, primeiro na Corte



Permanente de Justiça Internacional e depois na CIJ, teve como efeito essa configuração do DIP em que as soberanias são invioláveis e em que não pode haver sanções aos Estados.

No entanto, essa visão tem sido progressivamente modificada. Fenômenos como a jurisdicionalização mais ampla do DIP, tanto em termos de proliferação de cortes quanto em termos de aprofundamento de temáticas abordadas, bem como o reconhecimento de novos sujeitos de direito, e ainda o reconhecimento de normas erga omnes (caso Barcelona Traction) e o ius cogens (art. 53 e 64 da CVDT/1969), são indicativos das profundas mudanças que se fazem sentir sobre o DIP atual, as quais podem instaurar relações de subordinação.

Nesse sentido, levando em conta as disposições da Carta da ONU, pode-se dizer que não há, a princípio, limites ao poder de apreciação do Conselho de Segurança (CSNU), quando for o caso que implique risco à estabilidade da paz e da segurança mundiais. Sendo a instância máxima para o tratamento desse tema, o CSNU tem competência para, em conformidade com o capítulo VII da Carta, adotar decisões e resoluções obrigatórias, que vinculem os Estados e a eles imponham sanções. Ressalte-se que, no próprio caso Lockerbie, a CIJ afirma que não tinha competência para julgar o CSNU. A CIJ, como corte internacional, possui a chamada "competência da competência", de modo que, ao declarar-se incompetente para exercer jurisdição sobre a atuação do CSNU, descartou a possibilidade de haver qualquer controle jurisdicional sobre o CSNU. Do ponto de vista dos Estados, tampouco eles podem insurgir-se contra a competência do CSNU no tema da paz e segurança internacionais, uma vez que estão obrigados pelo art. 25 da Carta a respeitar suas decisões. Mesmo Estados não-membros da ONU, argumenta-se, estariam sujeitos às decisões do CSNU sob força do artigo da Carta que a eles se refere diretamente.

Há, contudo, parte da doutrina que afirma haver limites à atuação do CSNU. Seria o caso de normas de jus cogens, as quais nem o CSNU poderia desprezar. Normas de jus cogens são normas de hierarquia superior, reconhecidas como tal por expressiva maioria dos Estados, de todos os continentes. Como expressão de uma possível ordem pública internacional, manifestada no bojo da sociedade internacional (que, segundo Pellet, é ela própria um sujeito de direito internacional), o jus cogens seria o único fato a constranger a atuação do CSNU. Ressalte-se que a existência do jus cogens já foi reconhecida e positivada na CVDT/1969, nos artigos 53 e 64. Prescreve o art. 53 que são nulos os tratados que violarem normas de jus cogens. Já o art. 64, prevê que serão revogados aqueles tratados que contrariem norma de jus cogens superveniente. Ora, as decisões e resoluções do CSNU são normas que decorrem da Carta das NU, tratado firmando entre a maioria esmagadora dos Estados da atualidade. O que é afirmado pela doutrina que advoga o jus cogens como limite de atuação do CSNU é que seriam nulas as resoluções do CSNU que contrariassem normas de jus cogens, ou seriam revogáveis, na superveniência de norma imperativa contrária.

No entanto, a possível nulidade de resoluções do CSNU só poderia ser declarada pelo próprio CSNU, considerando a inexistência de órgão jurisdicional competente para julgá-lo, o que torna o alcance prático desse raciocínio assaz restrito. Além disso, ressalte-se que o CSNU é órgão político, que, embora produza resoluções juridicamente vinculantes, não necessariamente precisa se fundamentar no direito internacional para decidir. Com efeito, o fato de o guardião da paz e da segurança internacionais não ser obrigatoriamente um guardião do direito internacional implica que, em último caso, nem normas de jus cogens poderiam limitar-lhe a atuação.

**QUESTÃO 3**

O Supremo Tribunal Federal deliberou, em abril de 2012, por meio de Emenda Regimental, a plena participação do Brasil no sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL, ao regulamentar seu procedimento não contencioso. A esse propósito, comente e cite exemplos da atuação não contenciosa de tribunais internacionais.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

MARIANA YOKOYA SIMONI (20/20)

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, observa-se um processo de jurisdicização das relações internacionais, evidenciado, particularmente, pela multiplicação de tribunais internacionais e regimes especiais com mecanismos de solução pacífica de controvérsias. Exemplos disso são as Cortes de Direitos Humanos (Interamericana e Europeia), de Comércio (OMC e Mercosul) e de temáticas particulares, como o Tribunal do Mar. Ao lado da tradicional Corte Internacional de Justiça, estabelecida pela Carta de São Francisco, tais tribunais têm atuação não contenciosa, ou seja, atuação com o intuito de interpretar as disposições normativas de seus tratados paradigmáticos. Com efeito, essa multiplicação de tribunais e de sua atuação não contenciosa indica uma maior preocupação com as interpretações válidas e, conseqüentemente, com a previsibilidade dos sistemas.

A Corte Interamericana, baseada no Pacto de San José da Costa Rica, e a Corte Europeia, baseada na Declaração Europeia de Direitos do Homem e na Carta Social, têm demonstrado importante desempenho na interpretação e na consolidação de normas de direitos humanos. No âmbito hemisférico, Comissão e Corte Interamericana têm contribuído em temas como proteção ao meio ambiente e de direitos dos povos indígenas (conforme recomendação da Comissão sobre o caso de Belo Monte), bem como em temas de justiça de transição, uma vez que grande parte dos países latino-americanos passaram por regimes autoritários na década de 1980. Já a Corte Europeia, desde que se vinculou ao sistema comunitário com o Tratado de Lisboa, tem destacado, em suas interpretações, a interdependência entre direitos humanos e temas caros ao direito comunitário, como segurança e comércio.

O Tribunal Permanente do Mercosul, estabelecido pelo Protocolo de Olivos (2002), representa um importante avanço institucional no seio do bloco, considerando sua capacidade de produzir e interpretar as regras do Mercosul, inclusive em procedimento não contencioso. Em 2012, o Brasil declarou sua plena participação neste sistema de solução de controvérsias, demonstrando seu interesse não apenas pelas normas já estabelecidas, mas também pela evolução normativa no interior dessa instituição. Esse tribunal já atuou de forma não contenciosa em questões sobre violação das liberalidades acordadas e as condições necessárias para evocar uma cláusula de exclusão, a exemplo de um grande influxo de importações em um dos países membros. Tal faculdade não contenciosa é essencial para que os países membros busquem melhor compreender as regras e os seus significados, adaptando suas normas e práticas internas com vistas a garantir a estabilidade das normas de integração.

A atuação não contenciosa da Corte Internacional de Justiça (CIJ) tem informado o direito internacional e o sistema ONU há mais tempo, de modo a contribuir para a interpretação textual e teleológica da Carta de São Francisco. Importantes interpretações como sobre as condições de entrada de um novo membro à organização, que deve seguir as normas tais quais dispostas na Carta fundadora, e sobre a natureza da relação entre CIJ e Conselho de Segurança, bem como suas próprias competências, ocorreram pelo procedimento não contencioso. Tais interpretações permitiram um conhecimento mais



aprofundado sobre a estrutura da ONU e de seus órgãos, conferindo maior previsibilidade nas ações e nas relações no âmbito dessa organização.

Desse modo, a atuação não contenciosa dos diversos tribunais internacionais, em um contexto de maior interdependência e multilateralismo, tem contribuído para elucidar as disposições de cada referencial jurídico específico e para adensar as relações entre órgãos e Estados. Essa maior transparência na operação das normas confere maior legitimidade e eficácia às sentenças jurídicas internacionais.

QUESTÃO 4

Por ocasião da entrega do "Prêmio da Liberdade", em 1962, o Presidente Kennedy declarou a Jean Monnet: "Caro Senhor Monnet, durante séculos os imperadores, os reis, os ditadores procuraram impor à Europa sua unidade pela força. Em todas as oportunidades fracassaram. Mas sob sua inspiração a Europa, em menos de vinte anos, progrediu em direção à unidade mais do que em mil anos. O senhor e aqueles com quem trabalha edificaram-na com a argamassa da razão e com essas pedras que são os interesses econômicos e políticos. O senhor está transformando a Europa exclusivamente pelo poder de uma ideia construtiva."

Jean Monnet. **Memórias**. Editora UnB, 1986, p. 416.

Tendo em vista o histórico da construção comunitária europeia e a do MERCOSUL, assim como os atuais desafios enfrentados pelos dois blocos, analise, do ponto de vista jurídico-institucional, as características e consequências decorrentes de modelos de integração que contenham ao mesmo tempo elementos supranacionais e intergovernamentais.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

RAFAEL DOS SANTOS GORLA (20/20)

Enquanto uma integração calcada na supranacionalidade sacrifica parcela das soberanias estatais em prol de maior interação entre os países membros e incremento de fluxos entre eles, a integração calcada em modelo intergovernamental preserva incólumes as soberanias estatais, em detrimento de maior aprofundamento de vínculos de interdependência. Um modelo que contenha, ao mesmo tempo, elementos intergovernamentais e supranacionais, a depender de seu funcionamento, pode tanto promover a otimização de sua atuação, acomodando em seu bojo interesses diversos, quanto pode incorrer em contradições funcionais, que podem vir a inviabilizar o projeto integrador em questão. Tudo depende, em última análise, do contexto político-sócio-econômico em que se dá a integração e de como os mecanismos de integração reagirão em face de desafios. Nesse sentido, o projeto de integração europeu suscita questionamentos.

A União Europeia (U.E.) é modelo de integração comunitária que contém, simultaneamente, elementos supranacionais e intergovernamentais, apesar de que, em sua evolução institucional, pode-se claramente notar um progressivo predomínio (ou avanço) de elementos supranacionais. O Tratado de Lisboa pôs fim ao sistema de "pilares" da U.E. e



instaurou modelo de domínios, a saber: domínio da competência exclusiva (no qual a U.E., supranacionalmente, tem competência exclusiva para regulamentar questões concernentes à integração); domínio da competência compartilhada (no qual a U.E. e os Estados conjuntamente têm competência); e domínio da competência subsidiária (no qual a U.E. apenas exerce regulação se os Estados não a exercerem). No domínio de competência exclusiva estão temas como a Política Externa de Segurança Comum e a representatividade internacional da U.E. em face de outros sujeitos de direito. No domínio compartilhado, encontram-se as disposições sobre a PAC; no domínio de competência subsidiária, questões culturais, de turismo etc. Ora, ao analisarmos a dinâmica proporcionada pela interação entre esses fatores supranacionais e intergovernamentais, nota-se que a crise atual por que passa a U.E. evidenciou contradições institucionais. A supranacionalidade encontrada na existência de moeda comum, o euro, não se traduziu em adequada coordenação de políticas econômicas entre os países membros, nos quais se observam discrepâncias de atuação e de performance macroeconômica (e.g. entre Alemanha e Grécia) decorrentes de permanência de esferas de competência intergovernamental. Por um lado, analistas institucionais afirmam que a solução para a crise da zona do euro seria dar ainda mais força a mecanismos supranacionais; afirmam que a integração sofreu com incongruência por não ter sido completa a supranacionalização. Outros afirmam que a integração se aprofundou demasiadamente, de modo que a solução estaria em fortalecer o domínio intergovernamental. Com efeito, a existência simultânea de elementos supranacionais e intergovernamentais gera possibilidade de contradições latentes, que se exacerbam em momentos de crise aguda.

No caso do Mercosul, pode-se dizer que tais contradições latentes não existem, pois o modelo de integração do bloco privilegiou o padrão intergovernamental. Assim, restam incólumes as soberanias dos Estados membros. Diferentemente do direito comunitário, o direito do Mercosul necessita de internalização para gerar efeitos nos Estados. Assim, seu caráter intergovernamental torna-se um escudo contra crises institucionais severas. Diferentemente do Mercosul, a U.E. vive atualmente as contradições institucionais que ameaçam sua continuidade. Para que o projeto europeu não pereça, seus idealizadores terão de equacionar a difícil relação entre soberania e supranacionalidade.

QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

ESPAÑHOL

A prova de Espanhol constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua espanhola, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua francesa, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.
